

# CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR



RELATÓRIO  
ANUAL  
DO FMI  
2021





**A recuperação está em curso,** mas as consequências econômicas da pandemia global podem nos acompanhar por muitos anos.

A crise exacerbou as vulnerabilidades anteriores à pandemia e, com isso, as perspectivas para os países estão divergindo. Quase metade das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento e alguns países de renda média correm o risco de ficar ainda mais para trás, revertendo grande parte dos avanços rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A desigualdade também está aumentando dentro dos países; a perda de renda atinge de forma desproporcional os jovens, as mulheres e os trabalhadores menos qualificados e do setor informal.

Sustentar a recuperação exigirá um esforço constante das políticas públicas, para assegurar e ampliar o acesso a vacinas e manter a ajuda econômica emergencial e as políticas de apoio dirigido, adaptando-as ao estágio da pandemia, à robustez da recuperação econômica e às características estruturais de cada país. A cooperação multilateral será indispensável para garantir que todos os países tenham acesso igualitário às vacinas e que as economias em dificuldades financeiras tenham acesso adequado à liquidez internacional.

Conforme a recuperação prosseguir, as reformas econômicas e os investimentos públicos em capital humano e em infraestruturas verdes e digitais devem ser expandidos para facilitar a realocação de recursos e limitar as sequelas de longo prazo. Ao construir um futuro mais inclusivo, digital e verde, as economias do mundo podem alcançar um crescimento maior e mais duradouro.

## Mensagem da Diretora-Geral

Caros leitores,

Mais de um ano após o início de uma crise sem precedentes, mobilizamos uma resposta sem precedentes.

Até o fim de abril, o FMI havia aprovado empréstimos para 86 países totalizando mais de US\$ 110 bilhões desde o início da pandemia – um número recorde. A aprovação de uma nova alocação de direitos especiais de saque (DES) em agosto de 2021 é outra medida inédita. Trata-se da maior alocação da história do FMI, equivalente a 650 bilhões de dólares, que irá reforçar consideravelmente as reservas e a liquidez dos países membros do FMI, sem elevar suas dívidas. Estamos também explorando opções para que países com posições financeiras sólidas canalizem voluntariamente DES para países vulneráveis.

Em conjunto com as medidas rápidas e extraordinárias tomadas pelos governos e bancos centrais, estas iniciativas deram sustentação à economia global nas primeiras fases da crise e assentaram as bases para a recuperação emergente. Mas esta recuperação ocorre a duas velocidades: o destino econômico dos países diverge perigosamente, em função das diferenças acentuadas no acesso a vacinas e na margem para a adoção de políticas de apoio. Enquanto as economias avançadas voltam a crescer, a crise está se agravando em muitas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento.

A tarefa mais urgente ainda é vacinar o mundo o quanto antes. Em maio, o corpo técnico do FMI apresentou um plano de 50 bilhões de dólares que prevê a vacinação de pelo menos 40% da população de todos os países até o fim de 2021, e de 60% no primeiro semestre de 2022: um investimento que daria um estímulo de trilhões de dólares à atividade econômica mundial nos próximos anos.

Fechar essa brecha é essencial para vencer a pandemia e garantir uma recuperação sustentável a longo prazo *em todos os países*.

Uma segunda prioridade imediata é ajudar os países a lidar com o crescente fardo da dívida pública. Níveis elevados de endividamento antes da crise deixaram

muitos países de baixa renda numa posição mais vulnerável e ainda limitam a capacidade de adotar as tão necessárias políticas de apoio. Expandimos o financiamento concessional para os países de baixa renda e concedemos alívio da dívida a 29 de nossos países membros mais pobres, para dar-lhes um certo espaço para respirar. Mas é preciso fazer mais, inclusive por meio do Quadro Comum para Tratamento da Dívida proposto pelo G-20, que conta com forte apoio do FMI.

Por último, o mundo precisa aproveitar a oportunidade de construir um futuro melhor. Precisamos adotar não só políticas que reforcem a recuperação a curto prazo, mas também políticas transformadoras que estabeleçam os alicerces de uma economia mundial mais verde, mais digital e mais inclusiva no amanhã. Mais do que nunca, vemos hoje as profundas implicações da mudança climática para o desempenho macroeconômico e a estabilidade financeira, e estamos colocando esses aspectos críticos da ação climática no centro do nosso trabalho.

Este *Relatório Anual* destaca a atuação e a cobertura do FMI nesses áreas, por meio da assessoria em políticas, dos empréstimos e do desenvolvimento das capacidades. Além dos incansáveis esforços de nossos quadros, ele destaca o trabalho da Diretoria Executiva do FMI, cuja orientação e supervisão são fundamentais para nosso intuito de garantir o crescimento e a estabilidade financeira mundial.

Muito do que se viu nesta pandemia e em nossa reação a ela não tem precedentes, mas nossos valores fundamentais – centrados na cooperação global e no apoio a nossos 190 países membros – são inabaláveis.



**KRISTALINA GEORGIEVA**  
DIRETORA-GERAL



# Sobre o FMI

**O Fundo Monetário Internacional (FMI)** é um organismo que integra 190 países membros e busca estimular a cooperação monetária internacional, garantir a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover altos níveis de emprego e crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza em todo o mundo. A principal missão do FMI é assegurar a estabilidade do sistema monetário internacional: o sistema de taxas de câmbio e pagamentos internacionais que permite aos países e seus cidadãos efetuar transações entre si. Todos os países membros do FMI são representados na Diretoria Executiva da instituição, que debate as consequências nacionais, regionais e mundiais das políticas econômicas de cada país membro e aprova os empréstimos do FMI para ajudar os países membros a resolver problemas temporários do balanço de pagamentos, além de supervisionar as iniciativas de capacitação. Este *Relatório Anual* abrange as atividades da Diretoria Executiva, da Direção-Geral e do corpo técnico do FMI durante o exercício iniciado em 1º de maio de 2020 e findo em 30 de abril de 2021, salvo indicação em contrário. Seu conteúdo reflete as opiniões e deliberações sobre políticas da Diretoria Executiva do FMI, que participou ativamente da elaboração deste *Relatório Anual*.

**O exercício financeiro do FMI** começa em 1º de maio e termina em 30 de abril. As análises e considerações sobre política econômica expressas nesta publicação são aquelas da Diretoria Executiva do FMI. A unidade de conta do FMI é o direito especial de saque (DES); a conversão aproximada dos dados financeiros do FMI em dólares dos Estados Unidos é fornecida para a conveniência dos leitores. Em 30 de abril de 2021, a taxa de câmbio DES/US\$ era de US\$ 1 = DES 0,696385, e a taxa de câmbio US\$/DES era de DES 1 = US\$ 1,43599. No fim do exercício anterior (30 de abril de 2020) as taxas de câmbio eram US\$ 1 = DES 0,731849 e DES 1 = US\$ 1,36640. “Bilhão” = 1.000.000.000; “trilhão” = 1.000.000.000.000; as discrepâncias entre as cifras e seus totais se devem ao arredondamento. Neste *Relatório Anual*, o termo “país” não se refere em todos os casos a uma entidade territorial que constitui um Estado conforme o direito e as práticas internacionais. Seu emprego designa também algumas entidades territoriais que não são Estados mas para os quais são mantidos dados estatísticos de forma separada e independente. As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas nos mapas não implicam qualquer juízo por parte do FMI sobre a situação jurídica de qualquer território ou o endosso ou aceitação de tais fronteiras.

Em 30 de abril de 2021, a taxa de câmbio **DES/US\$** era de  
**US\$ 1 = DES 0,696385**

e a taxa de câmbio **US\$/DES** era de  
**DES 1 = US\$ 1,43599**

## As três funções básicas do FMI

### Supervisão econômica

Prestar assessoria aos países membros sobre a adoção de políticas para alcançar a estabilidade macroeconômica, acelerar o crescimento econômico e aliviar a pobreza.

### Empréstimos

Disponibilizar financiamento aos países membros para ajudá-los a resolver problemas do balanço de pagamentos, como a escassez de divisas que ocorre quando os pagamentos externos superam as receitas em moeda estrangeira.

### Desenvolvimento das capacidades

Apoiar o desenvolvimento das capacidades (por meio da assistência técnica e formação), quando solicitado, para ajudar os países membros a fortalecer suas instituições econômicas a fim de formular e implementar políticas econômicas sólidas.

O FMI tem sua sede na cidade de Washington e escritórios regionais em todo o mundo para promover seu alcance global e estreitar os laços com os países membros. Para mais informações sobre o FMI e seus países membros, visite [www.imf.org](http://www.imf.org).

## Siglas e acrônimos

<b>BBA</b>	Acordo Bilateral de Empréstimo
<b>CCAMTAC</b>	Centro Regional de Formação do Cáucaso, Ásia Central e Mongólia
<b>CCRT</b>	Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes
<b>Covid-19</b>	Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2
<b>DC</b>	Desenvolvimento das capacidades
<b>DES</b>	Direito especial de saque
<b>DSSI</b>	Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida
<b>EA</b>	Economia avançada
<b>ECF</b>	Linha de Crédito Ampliada
<b>EFF</b>	Programa de Financiamento Ampliado
<b>ERP</b>	Estratégia de Redução da Pobreza
<b>FCL</b>	Linha de Crédito Flexível
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FSAP</b>	Programa de Avaliação do Setor Financeiro
<b>G-20</b>	Grupo dos Vinte
<b>GRA</b>	Conta de Recursos Gerais
<b>HIPC</b>	Países Pobres Muito Endividados
<b>ICD</b>	Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades
<b>IEO</b>	Gabinete de Avaliação Independente
<b>ME</b>	Mercado emergente
<b>NAB</b>	Novos Acordos de Empréstimos
<b>PBR</b>	País de baixa renda
<b>PDBR</b>	País em desenvolvimento de baixa renda
<b>PLL</b>	Linha de Precaução e Liquidez
<b>PRGT</b>	Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento
<b>RCF</b>	Linha de Crédito Rápido
<b>RFI</b>	Instrumento de Crédito Rápido
<b>SBA</b>	Acordo Stand-By
<b>SCF</b>	Linha de Crédito Stand-By
<b>SLL</b>	Linha de Liquidez de Curto Prazo
<b>TI</b>	Tecnologia da informação

# CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR

## Parte 1: Sem tempo a perder 7

Covid-19 8

A Grande Divergência 13

A dinâmica da dívida 15

Para um futuro verde,  
inclusivo e digital 17

## Parte 2: O que fazemos 22

Supervisão econômica 24

Empréstimos 26

Desenvolvimento das capacidades 36

## Parte 3: Quem somos 46

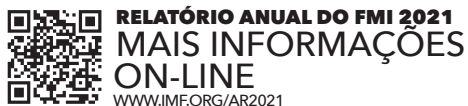
Diretoria Executiva 48

Equipe da Direção-Geral 53

Recursos 54

Prestação de contas 60

Responsabilidade  
social corporativa 64







PARTE 1:  
**Sem tempo  
a perder**

# COVID-19

Conseguiu-se evitar uma segunda Grande Depressão graças a medidas econômicas globais sem precedentes.

**T**ranscorrido um ano desde o início da pandemia de Covid-19, a recuperação está finalmente encaminhada. A atividade mundial sofreu forte contração em 2020, mas conseguiu recobrar as forças à medida que as economias se adaptam a novas maneiras de trabalhar e a vacinação avança. A ação internacional rápida, com medidas monetárias extraordinárias e US\$ 16 trilhões em apoio fiscal, ajudaram a impedir outra Grande Depressão (Gráfico 1.1). Sem essas medidas, a contração global de 2020 teria sido três vezes pior.

O FMI agiu prontamente para fornecer assistência financeira a um número sem precedentes de países que enfrentavam necessidade urgentes do balanço de pagamentos em razão da pandemia. Para atender a demanda, os limites de acesso ao financiamento de emergência e aos programas de empréstimos do FMI foram temporariamente elevados até o fim de 2021. No total, foram aprovados mais de US\$ 110 bilhões em empréstimos a 86 países desde o início da crise, elevando os compromissos de empréstimos do FMI a mais de US\$ 285 bilhões; mais de um terço deles foram aprovados desde o fim de março de 2020 (Gráfico 1.2).

Para ampliar o apoio à recuperação, uma proposta de alocação de direitos especiais de saque no valor de US\$ 650 bilhões (cerca de DES 453 bilhões) foi enviada à Diretoria Executiva do FMI para análise. Trata-se da maior alocação de DES da história do FMI, que reforçará de forma expressiva a liquidez dos países membros sem aumentar a carga da dívida, ao complementar os atuais ativos de reserva. Com isso, serão liberados recursos para os tão necessários gastos com saúde e para a retomada. O FMI está também estudando opções para a canalização voluntária de DES para ajudar na recuperação de países vulneráveis.

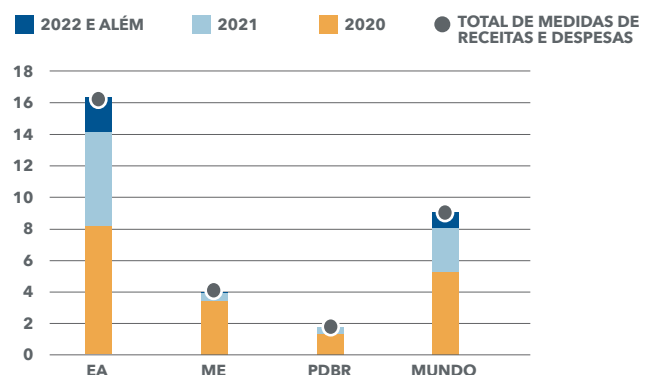
A fim de proporcionar informações sempre atualizadas sobre as políticas adotadas pelos países para conter o impacto da pandemia de Covid-19, o FMI criou uma ferramenta que resume as principais medidas econômicas tomadas pelos governos em resposta à pandemia. A ferramenta contém dados sobre 197 economias e é atualizada regularmente.

Gráfico 1.1

## Os gastos públicos impediram outra Grande Depressão

(em % do PIB de 2020)

**As medidas de política extraordinárias deram sustentação à economia mundial.**



Fontes: FMI, base de dados do Monitor Fiscal sobre as medidas tomadas pelos países em resposta à pandemia de Covid-19; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: EA = economias avançadas; ME = mercados emergentes; PDBR = países em desenvolvimento de baixa renda.



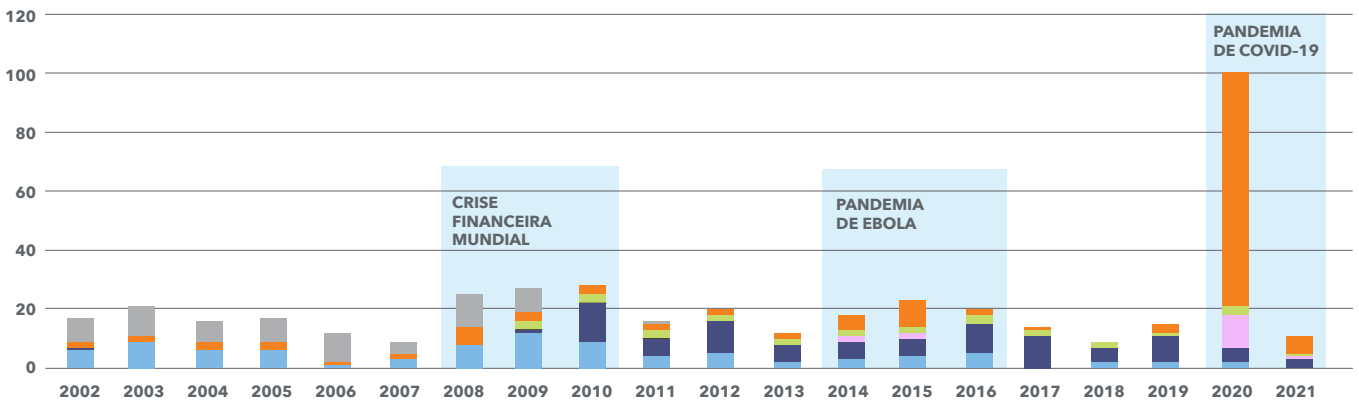
Gráfico 1.2

## Apoio financeiro do FMI

(por ano de aprovação; bilhões de DES)

■ SBA/SCF ■ EFF/ECF ■ AUMENTO ■ PLL/FCL<sup>1</sup> ■ RFI/RCF<sup>1</sup> ■ OUTROS

O FMI recebeu um número inédito de pedidos de financiamento de emergência.



Fontes: Base de dados do FMI sobre o monitoramento de seus acordos financeiros; Departamento Financeiro do FMI; Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação do FMI.

Nota: Os dados de 2021 referem-se apenas ao período de janeiro a abril e não abrangem a totalidade do ano civil. ECF = Linha de Crédito Ampliada; EFF = Programa de Financiamento Ampliado; FCL = Linha de Crédito Flexível; PLL = Linha de Precaução e Liquidez; RCF = Linha de Crédito Rápido; RFI = Instrumento de Crédito Rápido; SBA = Acordo Stand-By; SCF = Linha de Crédito Stand-By.

<sup>1</sup>As cifras relativas aos acordos PLL/FCL e RFI/RCF incluem os instrumentos predecessores.

 **US\$ 110+** BI EM EMPRÉSTIMOS A **86** PAÍSES DESDE O INÍCIO DA CRISE

### Alívio da dívida

Os países de baixa renda foram atingidos por uma confluência de choques externos: uma forte contração nas exportações reais, a queda dos preços de exportação e o declínio das remessas e receita do turismo. Eles entraram na crise com reservas limitadas e dívida elevada, o que reduziu consideravelmente sua capacidade de resposta (Gráfico 1.3).

O apoio da comunidade internacional é imprescindível para que esses países se recuperem da pandemia. Tal apoio inclui o alívio da dívida proporcionado pelo FMI a 29 de seus países membros mais pobres por meio do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT). Estão sendo buscados recursos adicionais para conceder alívio da dívida por um período de dois anos completos, até abril de 2022, a fim de cobrir o alívio da dívida entre outubro de 2021 e abril de 2022 e garantir recursos suficientes na forma de doativos para suprir as necessidades dos países membros no futuro no contexto de outros choques abrangidos pelo CCRT. Até o momento, foram recebidas contribuições totalizando US\$ 785 milhões de diversos doadores, como Alemanha, Bulgária, China, Filipinas, França, Japão, Luxemburgo, Malta, México, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Singapura, Suécia, Suíça e União Europeia.

Foi também oferecido alívio da dívida por meio da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) do Grupo dos Vinte (G-20), que conta com o apoio do FMI e do Banco Mundial. Desde sua entrada em vigor em maio de 2020, a iniciativa disponibilizou US\$ 5,7 bilhões em alívio da dívida a 43 países até o fim de 2020. Duas prorrogações de seis meses da iniciativa, até o fim de 2021, irão garantir um alívio considerável do serviço da dívida.

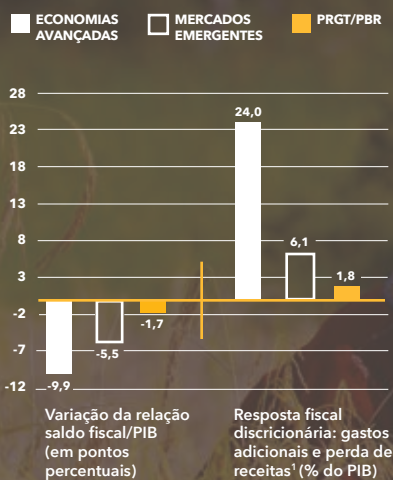


Gráfico 1.3

## A capacidade dos países de expandir o apoio fiscal variou

(resposta fiscal à Covid-19 em 2020)

Nos países de baixa renda, os recursos financeiros limitados dificultaram a resposta à crise.



Fontes: FMI, bases de dados do Monitor Fiscal e do World Economic Outlook; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: PBR = países de baixa renda; PRGT = Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento.

<sup>1</sup>Inclui a provisão de capital, empréstimos e garantias.

O FMI pediu o reforço da transparência e prestação de contas. Seu conselho é bem claro: “Faça o que for preciso, mas guarde os recibos”.

### Promover a boa governança

Os governos em todo o mundo estão assumindo papéis de maior destaque em suas economias, agilizando as despesas e a prestação de serviços para combater a pandemia. Esse papel mais amplo é crucial, mas também aumenta as oportunidades de corrupção. O FMI reconhece estes riscos e pede o reforço da transparência e prestação de contas. Seu conselho é bem claro: “Faça o que for preciso, mas guarde os recibos”.

Os países que receberam financiamento de emergência do FMI devem tomar medidas de governança específicas, como o compromisso de publicar relatórios e resultados da auditoria dos gastos ligados à Covid-19, bem como os contratos de compras públicas relacionadas à crise, com a identificação das empresas que receberam os contratos e seus beneficiários efetivos. Essa informação é fundamental para evitar conflitos de interesses e evasão fiscal e para que o público saiba quem são os beneficiários de contratos públicos. Além disso, os países que recebem assistência se comprometem a realizar avaliações das Salvaguardas: um exame diagnóstico do quadro de governança e controle do banco central.

## PARTE 1: Sem tempo a perder



As vulnerabilidades de longo prazo em matéria de governança e corrupção continuam a ser abordadas no contexto mais amplo do Quadro de 2018 para o reforço do trabalho do FMI sobre governança, com ênfase na supervisão e nos acordos de empréstimos plurianuais, e no âmbito de avaliações voluntárias dos aspectos transnacionais da corrupção. O FMI está também a intensificar sua assistência técnica e formação em áreas como gestão das finanças públicas e quadros de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, transparência nas finanças públicas e administração tributária, inclusive por meio de missões de diagnóstico exaustivo sobre governança. Mais de uma dúzia dessas missões já foram concluídas ou estão em curso. Reforçou-se também a colaboração com outros organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Grupo de Trabalho Anticorrupção do G-20, o Grupo de Trabalho da OCDE sobre o suborno nas transações comerciais internacionais e o Grupo de Ação Financeira Internacional, bem como a cooperação com organizações da sociedade civil.

### Transição para o mundo virtual

Assim como outras organizações, o FMI teve que se

adaptar rapidamente a novas maneiras de trabalhar, por causa da pandemia. Tudo migrou para o mundo virtual: reuniões da Diretoria, missões de supervisão, avaliações dos programas e atividades de capacitação.

No exercício 2020/2021, 160 países beneficiaram-se da prestação imediata e em tempo real de assessoria em políticas e desenvolvimento de capacidades na modalidade virtual, em tópicos como gestão da dívida e governança, entre outros. Apesar das limitações de conectividade, a maior parte dessas atividades virtuais envolveu Estados frágeis e afetados por conflitos, países de baixa renda e pequenos Estados. Um novo Centro Regional de Desenvolvimento das Capacidades foi inaugurado em fevereiro de 2021 para atender os países do Cáucaso, Ásia Central e Mongólia. Foram também ampliadas as opções de aprendizagem on-line, webinários e o currículo de formação.

As Reuniões Anuais de 2020 e as Reuniões de Primavera de 2021 foram virtuais, com a participação de milhares de delegados do mundo inteiro em centenas de eventos. O êxito dessas reuniões é uma prova da notável capacidade de adaptação da comunidade do FMI. ✨

# A GRANDE DIVERGÊNCIA

Sem um esforço redobrado para dar a todos uma oportunidade justa, as disparidades entre os padrões de vida dos países poderiam aumentar consideravelmente.

**A**s medidas econômicas sem precedentes e o rápido desenvolvimento de vacinas ajudaram a evitar uma profunda recessão, mas as consequências econômicas da pandemia podem nos acompanhar por muitos anos, sobretudo no caso dos países dependentes do turismo, que sofreram enormes prejuízos.

A recuperação da pandemia diverge perigosamente entre e dentro dos países; aqueles com vulnerabilidades preexistentes e menos recursos para o estímulo fiscal, a vacinação e a requalificação de trabalhadores provavelmente terão sequelas duradouras. As diferenças nas taxas de imunização e na reação das políticas fiscal e monetária explicam tal divergência. Essas trajetórias de recuperação divergentes estão aumentando as diferenças nos padrões de vida entre os países: quase a metade das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento e alguns países de renda média correm o risco de ficar ainda mais para trás.



PARTE 1: Sem tempo a perder



OS PAÍSES DE BAIXA RENDA PRECISARÃO DE CERCA DE

**US\$ 200 BI**

ATÉ 2025 PARA COMBATER A PANDEMIA E MAIS

**US\$ 250 BI**

PARA RETOMAR A TRAJETÓRIA PRÉ-CRISE DE CONVERGÊNCIA COM AS ECONOMIAS AVANÇADAS

Cresce também a divergência dentro dos países, com um impacto desproporcional sobre os jovens, as mulheres, os trabalhadores menos qualificados e dos setores de contato intensivo com o público. Como a crise acelerou as forças transformadoras da digitalização e automação, é provável que a perda de alguns postos de trabalho seja permanente. O impacto desigual na educação pode ampliar ainda mais a divergência nas trajetórias de recuperação. As crianças nas economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento de baixa renda perderam mais dias de instrução em 2020 do que aquelas nos países de alta renda (Gráfico 1.4). Assim, estima-se que 6 milhões de crianças estejam em risco de abandonar os estudos em 2021, com possíveis consequências adversas por toda a vida.

**Apoio aos países vulneráveis**

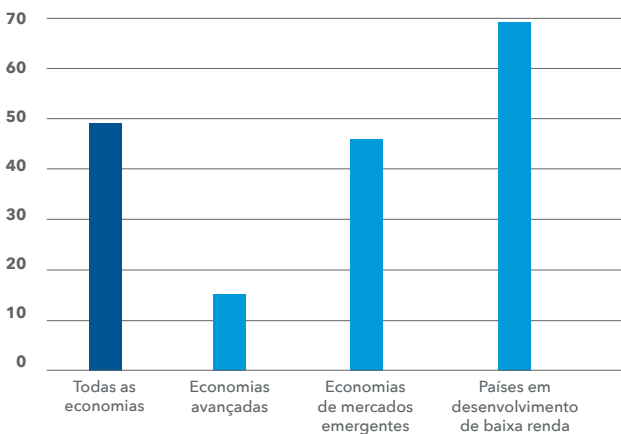
Na década que culminou em 2019, os países de baixa renda fizeram progressos substanciais rumo à convergência de renda com as economias avançadas.

Gráfico 1.4

**Perda de aprendizagem no mundo devido à pandemia de Covid-19**

(média de dias de instrução perdidos, 2020)

**Nos países mais pobres, as crianças perderam em média quase 70 dias de aula em 2020.**



Fontes: Enquete da UNESCO, UNICEF e Banco Mundial sobre as respostas da educação ao fechamento das escolas por causa da Covid-19; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Contudo, a Covid-19 desferiu um duro golpe nesses países, empurrando cerca de 95 milhões de pessoas a mais para a pobreza extrema em 2020 em relação às projeções pré-pandemia. Acelerar a produção e distribuição de vacinas a preços acessíveis ainda é a prioridade máxima. Mas também é necessário apoio externo significativo.

O FMI estima que os países de baixa renda precisarão de cerca de US\$ 200 bilhões até 2025 para combater a pandemia e mais US\$ 250 bilhões para retomar a trajetória pré-crise de convergência com as economias avançadas. Um cenário de recuperação mundial mais lenta poderia aumentar em US\$ 100 bilhões essas necessidades financeiras. Satisfazer essas necessidades adicionais exige uma abordagem multifacetada. Implementar reformas internas para gerar receitas e melhorar a governança, a eficiência dos gastos e a gestão das finanças públicas será fundamental para superar a falta estrutural de acesso a um volume suficiente de financiamento público. Tais reformas devem contribuir também para estimular o financiamento do setor privado, sobretudo para infraestruturas.

Mas essas ações cobrirão apenas uma parte das necessidades imediatas dos países de baixa renda. O restante terá de provir de doativos e empréstimos concessionais. O FMI continua a fazer sua parte, com cerca de US\$ 12 bilhões em empréstimos a países de baixa renda em 2020 e auxílio financeiro a 50 países de baixa renda na forma de instrumentos de financiamento emergencial. À medida que os países fazem a transição para acordos plurianuais nas parcelas superiores de crédito, o FMI revê seu quadro de empréstimos para países de baixa renda e analisa opções para ampliar sua capacidade de concessão de empréstimos em condições concessionais por meio do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT). Estão também a ser analisadas opções para expandir o apoio a países de renda média vulneráveis, a fim de ajudá-los a construir economias mais resilientes, verdes e inclusivas. ✨



# A DINÂMICA DA DÍVIDA

As medidas tomadas pelos governos proporcionaram um alívio importante, mas o consequente aumento da dívida pública deve ser gerido com cuidado, sobretudo nos países com acesso limitado ao financiamento de baixo custo.

**A** pandemia elevou os níveis de dívida pública a novos máximos, com um total próximo de 100% do PIB mundial em 2020. Mas a capacidade de endividamento é altamente variada entre os países. Muitas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento enfrentam condições financeiras mais restritivas e vulnerabilidades crescentes da dívida. Embora as taxas de juros estejam baixas, um aumento súbito poderia levar a um forte aperto das condições financeiras e a uma inversão significativa dos fluxos de capital.



## PARTE 1: Sem tempo a perder



Desde 2018, o FMI e o Banco Mundial têm adotado um enfoque multifacetado para abordar as vulnerabilidades crescentes da dívida em países de baixa renda e economias de mercados emergentes e em desenvolvimento. As iniciativas lançadas ao longo do ano no contexto desse enfoque multifacetado levaram em conta a pandemia de Covid-19 e a capacidade restrita de alguns países. O foco dessas iniciativas foram a maior transparência em relação à dívida, com melhorias na divulgação de dados e orientações analíticas para devedores e credores; a expansão do desenvolvimento das capacidades nas áreas de prevenção de crises e melhorias nas ferramentas de análise da dívida.

Houve também avanços significativos na atualização das políticas do FMI. Em fevereiro de 2021, foi lançado um novo quadro de sustentabilidade da dívida e risco soberano dos países com acesso aos mercados. Foram também introduzidas reformas nas políticas do FMI sobre limites de endividamento, para dar aos países de baixa renda mais flexibilidade na gestão de sua

dívida, juntamente com salvaguardas para preservar ou restaurar a sustentabilidade da dívida.

O FMI tem também acompanhado a adoção de cláusulas reforçadas de ação coletiva nas emissões de obrigações soberanas internacionais e concluiu recentemente um estudo para o G-20 sobre lacunas na arquitetura para a resolução da dívida soberana envolvendo credores do setor privado.

Em conjunto com o Banco Mundial, o FMI está também apoiando a implementação do Quadro Comum do G-20 para o Tratamento da Dívida para além da DSSI: uma iniciativa concebida para facilitar o tratamento ordenado e oportuno da dívida dos países admissíveis à DSSI, com ampla participação dos credores, incluídos os do setor privado. Trata-se de um passo importante para melhorar a arquitetura da dívida internacional. Além de proporcionar um alívio valioso para os países pobres mais endividados, a operacionalização eficaz do quadro comum pode também lançar as bases de um arcabouço mais universal e possivelmente permanente para a resolução eficiente da dívida soberana. ✨

# PARA UM FUTURO VERDE, INCLUSIVO E DIGITAL

Os governos devem tomar medidas para aumentar a resiliência das pessoas e do planeta.

**A** medida que as campanhas de vacinação avançam e as economias caminham para a recuperação, os investimentos em infraestrutura verde, programas de assistência social e digitalização serão essenciais para promover uma recuperação mais justa e sustentável. O mundo tem a oportunidade de construir um futuro melhor e canalizar recursos para uma nova economia: uma que seja mais verde, invista mais em capital humano e aumente a resiliência das empresas e das comunidades.

## Crescimento inclusivo

A Covid-19 está agravando as desigualdades em todo o mundo. Para dar a todos uma oportunidade justa de

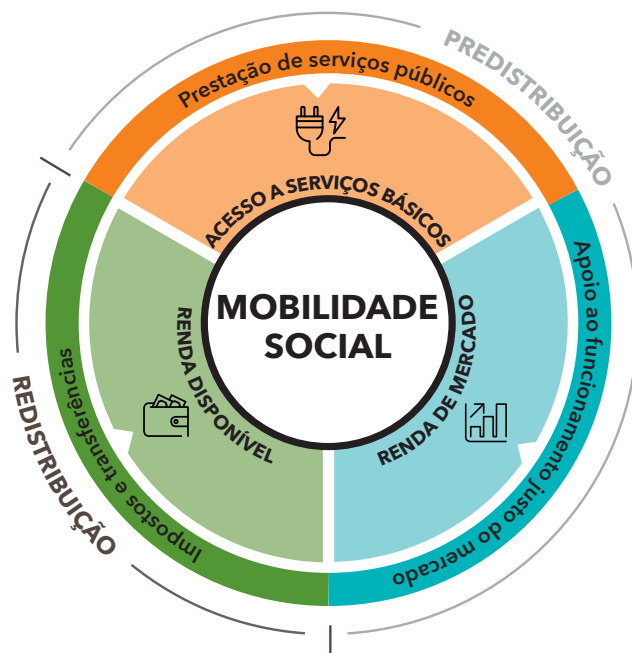


Gráfico 1.5  
**Políticas para abordar a desigualdade crescente**

**As políticas redistributivas reduzem a desigualdade de renda de mercado (antes de impostos e transferências), enquanto as políticas redistributivas reduzem a pobreza e a desigualdade de renda disponível (após impostos e transferências).**

alcançar a prosperidade, os governos devem melhorar o acesso a serviços públicos básicos e reforçar as políticas redistributivas (Gráfico 1.5). Essas reformas devem ser complementadas por mais transparência e prestação de contas.

O FMI continua a oferecer assessoria em políticas para fortalecer os sistemas de proteção social e a posição das finanças públicas por meio da mobilização de receitas - incluindo opções para a ampliação da base tributária e uma tributação

## PARTE 1: Sem tempo a perder

mais progressiva – e para combater a evasão fiscal e os fluxos financeiros ilícitos. Prossegue também o trabalho analítico sobre igualdade de gênero e desigualdade de renda e riqueza, bem como sobre serviços financeiros inclusivos.

### **Uma recuperação mais verde**

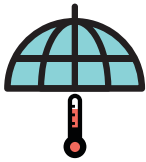
Os governantes em todo o mundo estão, acertadamente, concentrados no combate à crise da Covid-19. Mas a crise das mudanças climáticas

**As questões climáticas estão sendo integradas de forma mais sistemática na supervisão, nos testes de estresse e no monitoramento da estabilidade financeira.**

perdura, assim como a necessidade de políticas decisivas para enfrentá-la. De fato, as decisões tomadas hoje para facilitar a recuperação da crise podem influenciar o clima do planeta por várias décadas. Assim, a resposta à crise precisa incorporar políticas “verdes”.

O FMI intensificou rapidamente seu trabalho sobre questões climáticas. A supervisão passou a incorporar essas questões de forma mais sistemática e foram publicados vários livros e estudos sobre subsídios à energia, precificação do carbono, cláusulas sobre catástrofes naturais nos instrumentos de dívida contingentes à situação futura e o impacto das





O FMI, em colaboração com outros organismos internacionais, autoridades nacionais e provedores de dados privados, lançou recentemente um Painel de Indicadores de Mudanças Climáticas, tirando proveito de sua liderança em matéria de metodologia estatística.

[HTTPS://CLIMATEDATA.IMF.ORG/](https://climatedata.imf.org/)



mudanças climáticas na estabilidade macroeconômica e financeira. Os riscos climáticos estão sendo também integrados aos testes de estresse e ao monitoramento da estabilidade financeira como parte do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP) do FMI e do Banco Mundial. Além disso, considerações sobre o clima estão sendo integradas no ciclo de gestão das finanças públicas (“orçamento verde”) e na governança das infraestruturas.

A fim de ajudar a eliminar as lacunas de dados, o FMI está apoiando iniciativas para universalizar a divulgação de informações climáticas em todos os mercados. Em colaboração com outros organismos internacionais, autoridades nacionais e provedores de dados privados, o FMI lançou recentemente um Painel de Indicadores de Mudanças Climáticas, tirando proveito de sua liderança em matéria de metodologia estatística. O painel produz um conjunto padronizado de dados internacionais comparáveis e disponibiliza indicadores de mudanças climáticas com mais rapidez e maior frequência.

### **Digitalização**

A crise da Covid-19 está acelerando uma tendência de digitalização e uso do dinheiro digital. Essa tendência possivelmente irá alterar a configuração do sistema monetário internacional. O êxito dos países membros do FMI em coordenar suas ações para aproveitar as oportunidades e administrar os riscos determinará se o sistema resultante dessa nova configuração será ou não mais seguro e eficiente.

Com base na Agenda Fintech de Bali, o FMI intensificou seu trabalho sobre as implicações macrofinanceiras das moedas digitais dos bancos centrais e da emissão de moeda digital por entes privados, com ênfase nos benefícios e riscos, a

**A crise da Covid-19 está acelerando uma tendência de digitalização e uso do dinheiro digital. Essa tendência possivelmente irá alterar a configuração do sistema monetário internacional.**

regulação e supervisão de emissores de stablecoins e prestadores de serviços, o papel da moeda digital para promover a inclusão financeira e seu tratamento nas estatísticas macroeconômicas. O uso de dados pessoais na economia digital e a necessidade de coordenação internacional das políticas são outros temas em debate.


O FMI continuará a analisar e aprofundar a cobertura desses temas na sua supervisão, inclusive no contexto do FSAP, e concentrará suas atividades de capacitação em ajudar os países a tirar proveito das oportunidades oferecidas pela digitalização sem descuidar da gestão dos riscos cibernéticos e riscos para a integridade financeira. Para aprimorar a administração das operações tributárias e aduaneiras, o FMI oferece também assessoria e apoio em matéria de serviços públicos digitais, incluindo estratégias de tecnologia da informação, sistemas de informação da gestão financeira, programas de transferência de renda do governo para os cidadãos e serviços eletrônicos de atendimento ao contribuinte. ✨



**“JUNTOS PODEMOS ACELERAR  
ESSA TRANSIÇÃO HISTÓRICA  
PARA UMA ECONOMIA MAIS  
VERDE E MAIS RESILIENTE.”**

**KRISTALINA GEORGIEVA**  
DIRETORA-GERAL





PARTE 2:  
**O que  
fazemos**



Durante o exercício 2021, a resposta do FMI à pandemia concentrou-se em suas três funções básicas:

## **SUPERVISÃO ECONÔMICA**

# **36 EXAMES DAS ECONOMIAS NACIONAIS**

O FMI monitora o sistema monetário internacional, bem como as políticas econômicas e financeiras de seus 190 países membros. Como parte desse processo – a chamada supervisão – que ocorre em escala mundial e junto a cada país membro, o FMI destaca os possíveis riscos para a estabilidade e recomenda ajustes nas políticas para eliminá-los.

## **EMPRÉSTIMOS**

# **US\$ 98 BILHÕES PARA 54 PAÍSES**

**sendo US\$ 10 bilhões para 31 países de baixa renda, totalizando US\$ 110 bilhões desde o início da pandemia**

O FMI canalizou US\$ 17 bilhões (equivalentes a DES 12 bilhões) desses recursos de financiamento para 39 países por meio de instrumentos de crédito emergenciais, US\$ 6 bilhões dos quais destinados a 26 países de baixa renda.

O FMI disponibiliza financiamento aos países membros que enfrentem problemas efetivos, potenciais ou previstos do balanço de pagamentos para ajudá-los a reconstituir suas reservas internacionais e restabelecer as condições para um crescimento econômico robusto, com a correção das deficiências subjacentes. O FMI também oferece financiamento de emergência com desembolso rápido e condicionalidade limitada e expandiu consideravelmente esse tipo de financiamento para ajudar os países membros a enfrentar o impacto imediato da pandemia de Covid-19.

## **DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES**

# **US\$ 251 MILHÕES**

**para a assessoria técnica prática, formação centrada nas políticas e aprendizagem entre pares**

O FMI colabora com os países para fortalecer suas instituições econômicas, oferecendo assistência técnica e formação em temas econômicos de importância crítica. Com isso, ajuda os países a fortalecer suas economias e criar mais empregos. O FMI compartilha seus conhecimentos com instituições governamentais como ministérios das finanças, bancos centrais, órgãos de estatística, agências de supervisão financeira e autoridades tributárias, por meio de assessoria prática, formação e aprendizagem entre pares. A capacitação presencial e remota é fornecida por consultores residentes de longo prazo, no próprio país ou nos centros regionais de capacitação do FMI, durante visitas de curto prazo de equipes da sede e peritos e em salas de aula e cursos on-line gratuitos.



O QUE FAZEMOS

# Supervisão econômica

**Por meio da supervisão, o FMI monitora o sistema monetário internacional e a evolução da economia mundial** e realiza exames da solidez das políticas econômicas e financeiras de seus 190 países membros.

Além disso, o FMI salienta os possíveis riscos para a estabilidade dos países membros e assessora os governos sobre possíveis ajustes nas políticas, para que o sistema monetário internacional cumpra seu objetivo de facilitar o intercâmbio de bens, serviços e capital entre os países e, assim, apoie um crescimento econômico sólido. O FMI presta assessoria sobre as políticas de cada país membro por meio da “supervisão bilateral” e faz uma análise do sistema monetário internacional e da evolução econômica global e regional por meio da “supervisão multilateral”. Na prática, esses dois aspectos da supervisão se complementam, assegurando uma análise mais completa e coerente das repercussões ou “efeitos de contágio”: como as políticas de um país afetam outros países.

### **Supervisão bilateral**

As consultas do Artigo IV são um diálogo interativo entre o FMI e as autoridades nacionais sobre uma ampla gama de questões macroeconômicas fundamentais: financeiras, fiscais, cambiais, monetárias e estruturais. A demanda sem precedentes de financiamento e apoio no início da crise da Covid-19 levou o FMI a rever suas prioridades de trabalho, simplificar seus procedimentos e remanejar suas equipes. As consultas do Artigo IV e o trabalho ligado ao FSAP – os principais veículos da supervisão bilateral – foram suspensos temporariamente e os ciclos de consultas foram estendidos para garantir que o adiamento não afetaria o cumprimento das obrigações dos países membros do FMI no âmbito da supervisão.

Essas atividades já foram reiniciadas na modalidade remota; contudo, por causa da pandemia, o FMI concluiu apenas 36 consultas do Artigo IV no exercício 2021 (ver Tabela 2 on-line) – menos da metade das consultas anuais rotineiras – e oito avaliações da estabilidade do sistema financeiro no âmbito do FSAP.

O trabalho de acompanhamento como parte do Exame Integral da Supervisão de 2021 ajudará a fortalecer a análise sistêmica do risco financeiro e as recomendações sobre políticas macroprudenciais nas consultas do Artigo IV após a retomada do ritmo normal das atividades de supervisão bilateral.

### **Exame Integral da Supervisão de 2021**

As tarefas relativas ao Exame Integral da Supervisão de 2021 foram concluídas em maio de 2021, após a finalização deste relatório. O objetivo do exame era reforçar a supervisão do FMI para ajudar os países a enfrentar os desafios da próxima década, com a

melhor integração de vários aspectos do trabalho do FMI na supervisão, desde a análise macrofinanceira até o clima e a capacitação. O FMI também irá aproveitar novas tecnologias, dados e parcerias para tornar a assessoria em políticas mais focalizada, oportuna e bem embasada.

### **Supervisão multilateral**

Como parte da supervisão multilateral, o FMI emite relatórios e atualizações semestrais sobre os mais recentes acontecimentos econômicos mundiais: as *Perspectivas da Economia Mundial* (relatório WEO), o *Relatório sobre a Estabilidade Financeira Mundial* (GFSR) e o *Monitor Fiscal*. Quando necessário, são também divulgadas atualizações intercalares. É também publicado anualmente um *Relatório sobre o Setor Externo*, como parte do esforço constante para proporcionar uma avaliação franca e rigorosa dos desequilíbrios mundiais excessivos e suas causas. As consultas do Artigo IV e as avaliações da estabilidade do sistema financeiro no âmbito do FSAP também analisam temas ligados à supervisão multilateral, quando apropriado.

### **Assessoria em políticas**

A Diretoria Executiva do FMI debate todos os aspectos do trabalho do FMI, das consultas do Artigo IV aos temas de políticas importantes para a economia mundial. A Diretoria conduz seu trabalho sobretudo com base nos documentos elaborados pela Direção-Geral e pelo corpo técnico do FMI. No exercício 2021, o FMI publicou 54 desses documentos para uso externo. A lista completa das publicações do FMI lançadas no exercício 2021 pode ser consultada no website do *Relatório Anual*.



O QUE FAZEMOS

# Empréstimos

**O propósito do financiamento do FMI é ajudar os países membros** a superar problemas do balanço de pagamentos, estabilizar suas economias e restaurar o crescimento econômico sustentável. Ao contrário dos bancos de desenvolvimento, o FMI não concede empréstimos para projetos específicos, mas pode disponibilizar recursos para fazer face a catástrofes naturais ou pandemias. Por último, o FMI oferece também financiamento precautório a países com políticas econômicas sólidas mas que ainda apresentam algumas vulnerabilidades, para ajudá-los a prevenir crises e se proteger das que venham a ocorrer, e continua a aperfeiçoar as ferramentas de que dispõe para a prevenção de crises.

Em termos gerais, o FMI oferece dois tipos de empréstimos: empréstimos a taxas de juros não concessionais e empréstimos em condições concessionais para países de baixa renda. Os empréstimos concessionais atualmente são isentos de juros.

**D**esde o início da pandemia de Covid-19, o FMI reagiu numa velocidade e magnitude sem precedentes, mobilizando sua atual capacidade de crédito de cerca de US\$ 1 trilhão.<sup>1</sup> Foi prestada assistência financeira aos países com necessidade urgentes ou potenciais do balanço de pagamentos a fim de proteger as vidas e os meios de subsistência das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. A Diretoria Executiva também simplificou temporariamente os procedimentos internos no princípio da crise para agilizar a resposta do FMI aos pedidos de assistência emergencial; em muitos casos, o financiamento foi disponibilizado poucas semanas após o pedido oficial dos países membros.<sup>2</sup> Além disso, a Diretoria Executiva suspendeu por tempo limitado os procedimentos que se aplicam a pedidos de Linhas de Crédito Rápido com níveis elevados de acesso.<sup>3</sup>

Em agosto de 2020 foram introduzidas salvaguardas de políticas para ajudar a mitigar os riscos financeiros que ocorrem quando um país



exibe níveis elevados de acesso combinado de recursos do PRGT e da Conta de Recursos Gerais (GRA). As salvaguardas agora se aplicam a qualquer país membro do FMI com acesso combinado aos recursos da GRA e do PRGT que ultrapasse os limites baseados na cota fixados no mesmo nível que ativa o quadro de acesso excepcional da GRA.

Além disso, para absorver a alta demanda por recursos do FMI em razão da crise, a Diretoria Executiva elevou temporariamente 1) o limite de acesso anual da GRA que ativa a aplicação do quadro de acesso excepcional e 2) os limites de acesso anual e cumulativo sobre os empréstimos concessionais por meio do PRGT (Tabelas

2.2 e 2.3).

A demanda por financiamento de emergência do FMI começou a diminuir no terceiro trimestre de 2020, e alguns tomadores migraram para acordos plurianuais de qualidade nas parcelas superiores de crédito. Além disso, o FMI doou recursos para o alívio da dívida dos países membros mais pobres e vulneráveis afetados pela pandemia de Covid-19.

<sup>1</sup> Em 30 de abril de 2021, o total de compromissos de empréstimos não desembolsados e créditos em aberto no âmbito dos empréstimos da Conta de Recursos Gerais do FMI somava cerca de DES 184 bilhões, incluindo os compromissos anteriores à pandemia; o total correspondente ao PRGT, que fornece empréstimos concessionais a países de baixa renda, era de cerca de DES 14,8 bilhões.

<sup>2</sup> Os procedimentos de emergência ligados à pandemia vigoraram até outubro de 2020.

<sup>3</sup> Os procedimentos em caso de acesso elevado exigem uma sessão informal da Diretoria Executiva com base numa breve nota de análise do corpo técnico sobre a solidez do programa, a capacidade de reembolso e as vulnerabilidades da dívida. Os procedimentos em caso de acesso elevado são ativados quando 1) um pedido de financiamento do FMI eleva o acesso total a mais de 180% da cota num período de 36 meses ou 2) o crédito total em aberto do PRGT supera ou prevê-se que supere 225% da cota do país. Em março de 2021, esses limites que se aplicam ao acesso elevado foram temporariamente expandidos para 240% da cota até o fim de 2023 (ativação com base nos fluxos) e 300% até o fim de junho de 2021 (ativação com base nos estoques).

## PARTE 2: O que fazemos

Entre 1º de maio de 2020 e 30 de abril de 2021, a assistência financeira do FMI concentrou-se nas seguintes áreas:

### 1. Financiamento emergencial no âmbito do RFI e RCF.

O FMI recebeu um número recorde de pedidos de financiamento de emergência, de 39 países (cerca de US\$ 17 bilhões, dos quais US\$ 6 bilhões foram desembolsados a 26 países de baixa renda). A Diretoria Executiva duplicou temporariamente os limites de acesso aos programas de financiamento de emergência: a Linha de Crédito Rápido (RCF) e o Instrumento de Financiamento Rápido (RFI) (Tabelas 2.2 e 2.3).

### 2. Reforço de acordos financeiros em vigor.

O FMI também suplementou os acordos em vigor para incorporar as novas necessidades urgentes em decorrência da pandemia no contexto do diálogo constante de políticas. Entre 1º de maio de 2020 e 30 de abril de 2021, a Diretoria Executiva aprovou a suplementação dos acordos com nove países membros.

### 3. Novos acordos de empréstimos, incluindo acordos precautórios.

Entre 1º de maio de 2020 e 30 de abril de 2021, a Diretoria Executiva aprovou oito novos acordos apoiados pelo FMI sem caráter preventivo com sete países. Foram também disponibilizados a países membros quatro acordos precautórios: três Linhas de Crédito Flexível e uma Linha de Precaução e Liquidez.

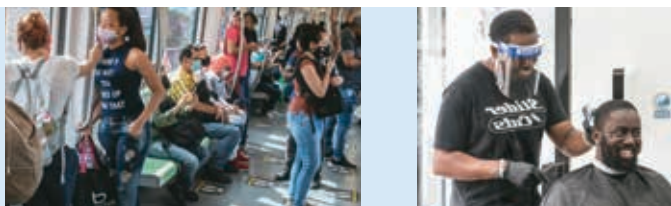
### 4. Alívio do serviço da dívida.

O Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT) permite ao

FMI conceder donativos para o alívio da dívida aos países membros mais pobres e vulneráveis afetados por catástrofes naturais ou desastres de saúde pública. O CCRT foi reforçado em março de 2020 e usado para prestar alívio da dívida na forma de donativos para os países membros mais pobres do FMI afetados pela pandemia de Covid-19. No total, 29 países habilitados receberam alívio do serviço da dívida de quase DES 520 milhões em três parcelas, que foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 13 de abril de 2020, 2 de outubro de 2020 e 1º de abril de 2021 (Tabela 2.1).

### 5. Alívio da dívida no âmbito da Iniciativa HIPC.

Em 25 de março de 2020, após a regularização dos pagamentos em atraso da Somália com o FMI, a Diretoria Executiva deliberou que o país estava qualificado para receber alívio da dívida no âmbito da Iniciativa HIPC para países pobres muito endividados, e que havia alcançado o ponto de decisão no contexto dessa iniciativa. Até o fim de abril de 2021, a Diretoria Executiva havia aprovado dois pagamentos de assistência intercalar à Somália no montante total de DES 1,791 milhão para cobrir as obrigações financeiras devidas nos períodos de 25 de março de 2020 a 24 de março de 2021 e de 25 de março de 2021 a 24 de março de 2022. Em 26 de março de 2021, a Diretoria Executiva concordou que o Sudão\* estava habilitado a receber alívio da dívida no âmbito da Iniciativa HIPC reforçada com base na avaliação preliminar.



\*As Diretorias Executivas do FMI e do Banco Mundial aprovaram a habilitação do Sudão ao alívio da dívida no âmbito da Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Muito Endividados em 29 de junho de 2021 (após a finalização deste relatório). Para saber mais, visite [www.imf.org/sudan](http://www.imf.org/sudan).

Tabela 2.1

## Alívio do serviço da dívida por meio do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes

O CCRT foi reforçado em março de 2020 e tem sido usado para prestar alívio da dívida na forma de donativos para os países membros mais pobres do FMI afetados pela pandemia de Covid-19. No total, 29 países habilitados receberam alívio do serviço da dívida de quase DES 520 milhões em três parcelas, que foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 13 de abril de 2020, 2 de outubro de 2020 e 1º de abril de 2021, para cobrir o serviço da dívida devido entre 14 de abril de 2021 e 15 de outubro de 2021.

### ALÍVIO DA DÍVIDA PRESTADO A 29 PAÍSES MEMBROS HABILITADOS NO ÂMBITO DO FUNDO FIDUCIÁRIO PARA ALÍVIO E CONTENÇÃO DE CATÁSTROFES

(milhões de DES; em 30 de abril de 2021)

País	1ª parcela aprovada em 13 de abril de 2020	2ª parcela aprovada em 2 de outubro de 2020	3ª parcela aprovada em 1º de abril de 2021
1 Afeganistão	2,40	2,40	2,40
2 Benin	7,43	6,37	5,31
3 Burkina Faso	8,74	10,30	9,65
4 Burundi	5,48	4,82	4,16
5 Chade	0 <sup>1</sup>	2,00	4,06
6 Comores	0,97	0,81	0,65
7 Djibouti	1,69	1,69	1,40
8 Etiópia	8,56	4,50	0,47
9 Gâmbia	2,10	2,10	1,87
10 Guiné	16,37	16,37	18,21
11 Guiné-Bissau	1,08	1,36	1,12
12 Haiti	4,10	3,98	3,98
13 Iêmen	14,44	10,96	17,05
14 Ilhas Salomão	0,06	0,07	0,10
15 Libéria	11,63	11,19	11,48
16 Madagascar	3,06	3,06	6,11
17 Maláui	7,20	7,20	7,81
18 Mali	7,30	7,50	7,70
19 Moçambique	10,89	9,47	9,47
20 Nepal	2,85	3,57	3,57
21 Níger	5,64	5,64	9,54
22 República Centro-Africana	2,96	2,92	2,92
23 República Democrática do Congo	14,85	9,90	4,95
24 Ruanda	8,01	12,02	14,02
25 São Tomé e Príncipe	0,11	0,17	0,17
26 Serra Leoa	13,36	12,22	15,11
27 Tadjiquistão	7,83	5,22	3,91
28 Tanzânia	10,28	8,29	0 <sup>2</sup>
29 Togo	3,74	2,31	0,88
<b>Total</b>	<b>183,12</b>	<b>168,40</b>	<b>168,07</b>

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

<sup>1</sup> O Chade não tinha serviço da dívida habilitado a vencer durante o período coberto pela primeira parcela do alívio da dívida.

<sup>2</sup> A Tanzânia não tinha serviço da dívida habilitado a vencer durante o período coberto pela terceira parcela do alívio da dívida.

# Assistência financeira aprovada no exercício 2021

## MAPA DE EMPRÉSTIMOS

Em 30 de abril de 2021 (em milhões de direitos especiais de saque, M de DES)

Taxas de câmbio DES/US\$

30 DE ABRIL DE 2021: DES 1 = US\$ 1,43599

**7.990**

M de DES  
**ÁFRICA  
SUBSAARIANA**

**47.335**

M de DES  
**AS AMÉRICAS**

**1.570**

M de DES  
**ÁSIA E PACÍFICO**

**3.661**

M de DES  
**EUROPA**

**7.469**

M de DES  
**ORIENTE MÉDIO  
E ÁSIA CENTRAL**

### AS AMÉRICAS

#### BAHAMAS

★ RFI.....182,4 M DE DES

#### BARBADOS

AUM DE EFF ..... 66 M DE DES

AUM DE EFF ..... 48 M DE DES

#### CHILE

FCL.....17.443 M DE DES

#### COLÔMBIA

FCL.....7.849,6 M DE DES

AUM. DE FCL.....4.417,4 M DE DES

#### COSTA RICA

EFF .....1.237,5 M DE DES

#### EQUADOR

EFF .....4.615 M DE DES

★ RFI.....469,7 M DE DES

#### GUATEMALA

★ RFI.....428,6 M DE DES

#### HONDURAS

AUM DE SBA ..... 108,2 M DE DES

AUM DE SCF..... 54,1 M DE DES

#### JAMAICA

★ RFI.....382,9 M DE DES

#### NICARÁGUA

★ RCF ..... 43,3 M DE DES

★ RFI..... 86,7 M DE DES

#### PANAMÁ

PLL .....1.884 M DE DES

#### PERU

FCL.....8.007 M DE DES

#### SÃO VICENTE E GRANADINAS

★ RCF ..... 11,7 M DE DES

### EUROPA

#### MONTENEGRO

★ RFI..... 60,5 M DE DES

#### UCRÂNIA

SBA .....3.600 M DE DES

### Siglas:

**ECF** - LINHA DE CRÉDITO AMPLIADA

**EFF** - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AMPLIADO

**FCL** - LINHA DE CRÉDITO FLEXÍVEL

**PLL** - LINHA DE PRECAUÇÃO E LIQUIDEZ

**RCF** - LINHA DE CRÉDITO RÁPIDO

**RFI** - INSTRUMENTO DE CRÉDITO RÁPIDO

**SBA** - ACORDO STAND-BY

**SCF** - LINHA DE CRÉDITO STAND-BY

**AUM** - AUMENTO

★ INDICA FINANCIAMENTO DE EMERGÊNCIA

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.



## ORIENTE MÉDIO E ÁSIA CENTRAL

### AFEGANISTÃO

ECF ..... 259 M DE DES

### ARMÊNIA

AUM DE SBA ..... 128,8 M DE DES

### DIJBOUTI

★ RCF ..... 31,8 M DE DES

### EGITO

★ RFI ..... 2.037,1 M DE DES

SBA ..... 3.763,6 M DE DES

### GEÓRGIA

AUM DE EFF ..... 273,6 M DE DES

### JORDÂNIA

★ RFI ..... 291,6 M DE DES

### MAURITÂNIA

AUM DE ECF ..... 20,2 M DE DES

### REPÚBLICA QUIRGUIZ

★ RCF ..... 29,6 M DE DES

★ RFI ..... 59,2 M DE DES

### SUDÃO DO SUL

★ RCF ..... 36,9 M DE DES

★ RCF ..... 123 M DE DES

### TAJIQUISTÃO

★ RCF ..... 139,2 M DE DES

### UZBEQUISTÃO

★ RCF ..... 92,1 M DE DES

★ RFI ..... 183,6 M DE DES

## ÁSIA E PACÍFICO

### BANGLADESH

★ RCF ..... 177,8 M DE DES

★ RFI ..... 355,5 M DE DES

### ILHAS SALOMÃO

★ RCF ..... 6,9 M DE DES

★ RFI ..... 13,9 M DE DES

### MONGÓLIA

★ RFI ..... 72,3 M DE DES

### MYANMAR

★ RCF ..... 86,1 M DE DES

★ RCF ..... 86,1 M DE DES

★ RFI ..... 172,3 M DE DES

★ RFI ..... 172,3 M DE DES

### NEPAL

★ RCF ..... 156,9 M DE DES

### PAPUA NOVA GUINÉ

★ RCF ..... 263,2 M DE DES

### TONGA

★ RCF ..... 6,9 M DE DES

## ÁFRICA SUBSAARIANA

### ÁFRICA DO SUL

★ RFI ..... 3.051,2 M DE DES

### ANGOLA

AUM DE EFF ..... 540,4 M DE DES

### BENIN

AUM DE ECF ..... 76 M DE DES

★ RCF ..... 41,3 M DE DES

★ RFI ..... 82,5 M DE DES

### CAMARÕES

★ RCF ..... 165,6 M DE DES

★ RCF ..... 110,4 M DE DES

### CHADE

★ RCF ..... 49,1 M DE DES

### ESSUATÍNI

★ RFI ..... 78,5 M DE DES

### GABÃO

★ RFI ..... 108 M DE DES

### GÂMBIA

AUM DE ECF ..... 20 M DE DES

### GUINÉ

★ RCF ..... 107,1 M DE DES

### GUINÉ-BISSAU

★ RCF ..... 14,2 M DE DES

### LESOTO

★ RCF ..... 11,7 M DE DES

★ RFI ..... 23,2 M DE DES

### LIBÉRIA

★ RCF ..... 36,2 M DE DES

### MADAGÁSCAR

ECF ..... 220 M DE DES

★ RCF ..... 122,2 M DE DES

### MALÁUI

★ RCF ..... 66,4 M DE DES

★ RCF ..... 72,3 M DE DES

### NAMÍBIA

★ RFI ..... 191,1 M DE DES

### QUÊNIA

ECF ..... 407,1 M DE DES

EFF ..... 1.248,4 M DE DES

★ RCF ..... 542,8 M DE DES

### RUANDA

★ RCF ..... 80,1 M DE DES

### SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

AUM DE ECF ..... 1,5 M DE DES

### SERRA LEOA

★ RCF ..... 103,7 M DE DES

★ RCF ..... 35,3 M DE DES

### SEICHELES

★ RFI ..... 22,9 M DE DES

### UGANDA

★ RCF ..... 361 M DE DES

## PARTE 2: O que fazemos

Tabela 2.2

**Condições financeiras do crédito concedido no âmbito da Conta de Recursos Gerais do FMI**

Esta tabela apresenta os principais instrumentos de financiamento não concessional do FMI. Os Acordos Stand-By há muito são o principal instrumento de crédito da instituição. Após a crise financeira mundial de 2007-09, o FMI reforçou seu conjunto de instrumentos de crédito. Um dos principais objetivos era aperfeiçoar os instrumentos de prevenção de crises, com a criação da Linha de Crédito Flexível (FCL) e da Linha de Precaução e Liquidez (PLL). Além disso, foi criado o Instrumento de Financiamento Rápido (RFI), que pode ser usado numa ampla gama de circunstâncias, em substituição à política vigente de assistência do FMI

Instrumento de crédito (ano de criação) <sup>1</sup>	Finalidade	Condições	Escalonamento e acompanhamento
<b>Acordos Stand-By (SBA) (1952)</b>	Assistência de curto a médio prazo para países com dificuldades do balanço de pagamentos a curto prazo.	Adotar políticas que instilem confiança na resolução das dificuldades do balanço de pagamentos do país membro num prazo razoável.	Em geral, compras (desembolsos) trimestrais sujeitas ao cumprimento de critérios de desempenho e outras condições.
<b>Programa de Financiamento Ampliado (EFF) (1974) (Acordos Ampliados)</b>	Assistência a mais longo prazo em apoio às reformas estruturais dos países membros para superar dificuldades do balanço de pagamentos a longo prazo.	Quando da aprovação, adotar um programa de até quatro anos com uma agenda de reformas estruturais e uma declaração anual pormenorizada das políticas nos próximos 12 meses.	Compras (desembolsos) trimestrais ou semestrais sujeitas ao cumprimento de critérios de desempenho e outras condições.
<b>Linha de Crédito Flexível (FCL) (2009)</b>	Instrumento flexível nas parcelas de crédito para atender todas as necessidades do balanço de pagamentos, concretas ou potenciais.	Fundamentos econômicos, quadro de política econômica e histórico na aplicação de políticas bastante sólidos <i>ex ante</i> .	O acesso aprovado está disponível de imediato e durante todo o período do acordo; os acordos FCL de dois anos estão sujeitos a uma avaliação intercalar após um ano.
<b>Linha de Precaução e Liquidez (PLL) (2011)</b>	Instrumento para países com políticas e fundamentos econômicos sólidos.	Solidez dos quadros de políticas e da posição externa, acesso aos mercados e setor financeiro robusto.	Acesso amplo concentrado no início do acordo, sujeito a avaliações semestrais (para acordos PLL de um a dois anos).
<b>Linha de Liquidez de Curto Prazo (SLL) (2020)</b>	Mecanismo de apoio à liquidez em caso de possíveis choques externos que gerem necessidades moderadas do balanço de pagamentos.	Fundamentos econômicos, quadro de política econômica e histórico na aplicação de políticas bastante sólidos <i>ex ante</i> .	O acesso aprovado está disponível de imediato e durante todo o período do acordo, e pode ser reconstituído por meio de recompras; o número de acordos SLL sucessivos é irrestrito, desde que o país continue a cumprir os critérios de qualificação.
<b>Instrumento de Crédito Rápido (RFI) (2011)</b>	Assistência financeira rápida para todos os países membros que enfrentem uma necessidade urgente do balanço de pagamentos.	Esforços para resolver as dificuldades do balanço de pagamentos (podem incluir ações prévias).	Compras diretas sem a necessidade de um programa completo ou avaliações.

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

<sup>1</sup> O crédito concedido pelo FMI por meio da Conta de Recursos Gerais (GRA) é financiado principalmente pelo capital subscrito pelos países membros; a cada país é atribuída uma cota que representa seu compromisso financeiro. Os países membros pagam uma parte de sua cota em direitos especiais de saque (DES), ou na moeda de outro país membro que seja aceitável para o FMI, e o restante na sua própria moeda. Os empréstimos do FMI são desembolsados ou sacados quando o tomador efetua uma compra de ativos em moeda estrangeira junto ao FMI na sua própria moeda. O reembolso do empréstimo ocorre quando o tomador efetua a recompra de sua moeda junto ao FMI numa moeda estrangeira.

<sup>2</sup> A taxa de comissão sobre os fundos desembolsados da GRA é fixada como uma margem (atualmente 100 pontos-base) sobre a taxa de juros semanal do DES. A taxa de comissão é aplicada ao saldo diário de todos os saques da GRA em aberto durante cada trimestre financeiro do FMI. Além disso, uma comissão de serviço única de 0,5% incide sobre cada saque de recursos do FMI na GRA, com a exceção dos saques na parcela de reserva.

em emergências. Mais recentemente, como parte de sua resposta à Covid-19, o FMI aumentou temporariamente os limites de acesso anual e cumulativo no âmbito do instrumento de financiamento emergencial (RFI) e o limite de acesso anual à Conta de Recursos Gerais (GRA), que ativa a aplicação do quadro de acesso excepcional. O FMI instituiu também a Linha de Liquidez de Curto Prazo (SLL) para oferecer um mecanismo de apoio a países membros com políticas e fundamentos econômicos bastante sólidos.

Limites de acesso <sup>1</sup>	Encargos <sup>2</sup>	Calendário de reembolsos (anos)	Prestações
Anual: 145% da cota; devido ao choque da Covid 19, este limite foi temporariamente elevado para 245% da cota até o fim de 2021. Cumulativo: 435% da cota.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 pontos-base sobre montantes superiores a 187,5% da cota; 100 pontos-base adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da cota por mais de 36 meses). <sup>3</sup>	3¼-5	Trimestrais
Anual: 145% da cota; devido ao choque da Covid 19, este limite foi temporariamente elevado para 245% da cota até o fim de 2021. Cumulativo: 435% da cota.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 pontos-base sobre montantes superiores a 187,5% da cota; 100 pontos-base adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da cota por mais de 51 meses). <sup>3</sup>	4½-10	Semestrais
Sem limite predefinido.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 pontos-base sobre montantes superiores a 187,5% da cota; 100 pontos-base adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da cota por mais de 36 meses). <sup>3</sup>	3¼-5	Trimestrais
125% da cota por seis meses; 250% da cota disponível quando da aprovação dos acordos de um a dois anos; total de 500% da cota após 12 meses de progressos satisfatórios.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 pontos-base sobre montantes superiores a 187,5% da cota; 100 pontos-base adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da cota por mais de 36 meses). <sup>3</sup>	3¼-5	Trimestrais
Até 145% da cota; acesso rotativo por um período de 12 meses.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 pontos-base sobre o saldo em aberto acima de 187,5% da cota); o crédito da SLL não entra no cômputo das sobretaxas com base no tempo decorrido.	Recompra(s) devida(s) no prazo de até 12 meses após a compra; as recompras reconstituem o acesso até o nível aprovado.	
Anual: 50% da cota (80% no caso de grandes catástrofes naturais); elevado temporariamente para 100% até o fim de 2021. Cumulativo: 100% da cota (133,33% no caso de grandes catástrofes naturais); elevado temporariamente para 150% até o fim de 2021. <sup>3</sup>	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 pontos-base sobre montantes superiores a 187,5% da cota; 100 pontos-base adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da cota por mais de 36 meses). <sup>4</sup>	3¼-5	Trimestrais

Uma comissão de compromisso inicial (15 pontos-base sobre os montantes empenhados inferiores a 115% da cota, 30 pontos-base sobre os montantes entre 115% e 575% da cota e 60 pontos-base sobre os montantes superiores a 575% da cota) é aplicada aos montantes disponíveis para compra no âmbito dos acordos (SBA, EFF, PLL e FCL) e que podem ser sacados durante cada período (anual); esta comissão é restituída *pro rata* à medida que forem efetuados os saques no âmbito dos acordos. No caso dos acordos SLL, a comissão de serviço é de 21 pontos-base e é cobrada uma comissão de compromisso não restituível de 8 pontos-base quando da aprovação do acordo.

<sup>3</sup> Em junho de 2021 (após a finalização deste relatório) os limites de acesso anual e cumulativo em caso de grandes catástrofes naturais foram temporariamente elevados (até o fim de 2021) para 130% da cota e 183,33% da cota, respectivamente.

<sup>4</sup> As sobretaxas foram introduzidas em novembro de 2000. Um novo regime de sobretaxas entrou em vigor em 1º de agosto de 2009 e foi atualizado em 17 de fevereiro de 2016, com a manutenção parcial das condições anteriores para os acordos já em curso.

## PARTE 2: O que fazemos

Tabela 2.3

**Instrumentos de crédito concessional**

Três instrumentos de crédito concessional estão à disposição dos países em desenvolvimento de baixa renda.

	Linha de Crédito Ampliada (ECF)	Linha de Crédito Stand-By (SCF)	Linha de Crédito Rápido (RCF)
<b>Objetivo</b>	Ajudar os países de baixa renda a alcançar e manter uma posição macroeconômica estável e sustentável que conduza a um crescimento vigoroso e à redução duradoura da pobreza.		
<b>Finalidade</b>	Abordar problemas prolongados do balanço de pagamentos.	Resolver necessidade de curto prazo do balanço de pagamentos.	Proporcionar financiamento para atender necessidades urgentes do balanço de pagamentos.
<b>Elegibilidade</b>	Países habilitados a receber assistência no âmbito do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT).		
<b>Qualificação</b>	Dificuldades prolongadas do balanço de pagamentos; necessidade efetiva de financiamento ao longo do acordo, mas não necessariamente quando da aprovação ou desembolso do empréstimo.	Necessidade potencial (uso preventivo) ou efetiva do balanço de pagamentos a curto prazo, no momento da aprovação; necessidade efetiva quando de cada desembolso.	Necessidade urgente do balanço de pagamentos quando um programa nas parcelas superiores de crédito não é viável nem necessário. <sup>1</sup>
<b>Estratégia de redução da pobreza e de crescimento</b>	O programa apoiado pelo FMI deve estar alinhado com os objetivos de crescimento e de redução da pobreza definidos pelo próprio país, e deve dar suporte a políticas que preservem os gastos sociais e outros gastos prioritários.		
	Apresentação de uma Estratégia de Redução da Pobreza (ERP).	A apresentação da ERP não é obrigatória se a duração original do acordo SCF for superior a dois anos.	A apresentação da ERP não é obrigatória.
<b>Condicionalidade</b>	Parcelas superiores de crédito; flexibilidade nos prazos e na trajetória de ajuste.	Parcelas superiores de crédito; objetivo de resolver uma necessidade de balanço de pagamentos a curto prazo.	Nenhuma condicionalidade <i>ex post</i> ; qualificação para uso reiterado com base no histórico (exceto em caso de choques exógenos ou de grandes catástrofes naturais).
<b>Condições de financiamento<sup>2</sup></b>	Taxa de juros: Atualmente zero. Condições de reembolso: 5½-10 anos.	Taxa de juros: Atualmente zero. Condições de reembolso: 4-8 anos. Comissão de disponibilização: 0,15% sobre os montantes disponíveis mas não utilizados no âmbito de acordos precautórios.	Taxa de juros: Zero. Condições de reembolso: 5½-10 anos.
<b>Combinação com o financiamento da Conta de Recursos Gerais (GRA)</b>	Com base na renda per capita e no acesso ao mercado; ligada à vulnerabilidade da dívida. Caso seja presumida a combinação de recursos PRGT e GRA, aplica-se uma proporção de 1:2; o acesso concessional é limitado à norma aplicável (acima do qual utilizam-se apenas os recursos da GRA). <sup>3</sup>		
<b>Uso preventivo</b>	Não	Sim	Não
<b>Duração e uso recorrente</b>	De três a cinco anos, com duração máxima de cinco anos; permite-se o uso recorrente.	12 a 36 meses; o uso é limitado a três anos em qualquer período de seis anos. <sup>4</sup>	Desembolsos diretos; possibilidade de uso recorrente, sujeito a limites de acesso e outros requisitos. O limite ao uso em duas ocasiões em qualquer período de 12 meses foi temporariamente suspenso até 6 de abril de 2021.
<b>Uso concomitante</b>	Conta de Recursos Gerais (Programa de Financiamento Ampliado/Acordo Stand-By).	Conta de Recursos Gerais (Programa de Financiamento Ampliado/Acordo Stand-By) e Instrumento de Apoio à Política Econômica.	Conta de Recursos Gerais (Instrumento de Financiamento Rápido); o crédito no âmbito do RFI entra no cômputo dos limites de acesso da RCF.

**Políticas de acesso**

Para fazer face às expressivas necessidades urgentes de financiamento ligadas à Covid-19, em julho de 2020 o limite de acesso anual ao PRGT foi temporariamente elevado de 100% para 150% da cota e o acesso excepcional aos recursos do PRGT foi elevado de 133% para 183% da cota, até 6 de abril de 2021. Em 22 de março de 2021, por um prazo limitado até o fim de junho de 2021, o limite de acesso anual foi elevado para 245% da cota, e o acesso anual excepcional foi elevado para 278% da cota. O limite cumulativo (líquido dos reembolsos programados) se manteve em 300% da cota para o acesso normal e 400% da cota para o acesso excepcional até 22 de março de 2021, quando o limite de acesso cumulativo foi elevado para 435% da cota e o acesso excepcional cumulativo foi elevado para 535% da cota até o fim de junho de 2021. Os limites se baseiam no saldo total do crédito PRGT em aberto.

**Normas e sublimites<sup>5</sup>**

A norma de acesso é de 120% da cota por acordo ECF de três anos para países cujo saldo total em aberto de crédito concessional do FMI, em todos os programas, é inferior a 100% da cota; e de 75% da cota por acordo de três anos para países cujo saldo de crédito concessional situa-se entre 100% e 200% da cota.

A norma de acesso é de 120% da cota por acordo SCF de 18 meses para países cujo saldo total em aberto de crédito concessional do FMI, em todos os programas, é inferior a 100% da cota; e de 75% da cota por programa de 18 meses para países cujo saldo em aberto de crédito concessional situa-se entre 100% e 200% da cota.

Não há uma norma de acesso que se aplique aos acordos RCF em caso de choques exógenos e grandes catástrofes naturais.

A partir de 6 de abril de 2020 e até o fim de dezembro de 2021, os limites de acesso à RCF no caso de choques exógenos foram temporariamente elevados de 50% para 100% da cota por ano e de 100% para 150% da cota em base cumulativa, líquidos das recompras programadas.

O acesso à RCF em condições normais é fixado em 50% da cota por ano e 100% da cota em base cumulativa, com uma norma de acesso anual e um limite por desembolso de 25% da cota. O limite ao número de desembolsos autorizados num período de 12 meses está suspenso até o fim de dezembro de 2021. O acesso à RCF em caso de catástrofes naturais é fixado em 80% da cota por ano e 133,33% da cota em base cumulativa, sujeito à determinação de que os danos causados equivalem a no mínimo 20% do PIB do país membro. As compras no âmbito do Instrumento de Financiamento Rápido (RFI) efetuadas após 1º de julho de 2015 entram no cálculo dos limites anuais e cumulativos aplicáveis à RCF.

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

<sup>1</sup> A condicionalidade das parcelas superiores de crédito é o conjunto das condições relacionadas com um programa que visam assegurar que os recursos do FMI apoiem os objetivos do programa, com salvaguardas adequadas para proteger os recursos da instituição.

<sup>2</sup> O FMI revê o nível de taxas de juros de todas as linhas de crédito concessional a cada dois anos. Na revisão realizada em 24 de maio de 2019, a Diretoria Executiva do FMI aprovou um mecanismo modificado de fixação de juros que efetivamente fixa taxas de juros zero sobre os acordos ECF e SCF até junho de 2021 e possivelmente mais além. A Diretoria Executiva também prolongou até o final de junho de 2021 a taxa de juro zero sobre os saldos em aberto dos empréstimos do PRGT ao abrigo de um instrumento anterior, o Mecanismo de Proteção contra Choques Exógenos. Em julho de 2015, a Diretoria Executiva fixou em zero, em caráter permanente, a taxa de juro dos acordos RCF.

<sup>3</sup> Aplicam-se as normas de acesso elevado (baixo), de 120% (75%) da cota, quando o saldo em aberto no âmbito do PRGT é inferior (superior) a 100% da cota. As normas não se aplicam quando o saldo em aberto no âmbito do PRGT é superior a 200% da cota. Nesses casos, a determinação do acesso é pautada pelos fatores mencionados na nota 2. Para a RCF, que não está sujeita a uma norma, o acesso máximo aos recursos concessionais corresponde ao limite anual (100% da cota até o fim de dezembro de 2021), enquanto para a SCF tratada como preventiva o acesso máximo corresponde à média do limite de acesso anual.

<sup>4</sup> Os acordos SCF tratados como preventivos não entram no cômputo dos limites temporais.

<sup>5</sup> As normas de acesso não se aplicam quando o saldo em aberto do crédito concessional é superior a 200% da cota. Nesses casos, a determinação do acesso leva em conta o limite de acesso cumulativo de 435% da cota (ou o limite de acesso excepcional de 535% da cota) por um prazo limitado até o fim de junho de 2021, a expectativa de necessidade futura do apoio do FMI e o calendário de reembolsos.

capacity development through short-term missions,  
a network of regional centers and free online learning

O QUE FAZEMOS

## Desenvolvimento das capacidades

**Fortalecer as capacidades das instituições**, como os bancos centrais, os ministérios das finanças, as administrações tributárias, os órgãos estatísticos e os órgãos de supervisão do setor financeiro, resulta em políticas mais eficazes e maior estabilidade econômica e inclusão. O FMI colabora com os países para modernizar suas políticas econômicas e fortalecer essas instituições ao fornecer assistência técnica e formação com ênfase nas questões de importância crítica para a estabilidade econômica e o crescimento.





FMI apoia o desenvolvimento das capacidades – na forma de assistência técnica prática, formação orientada para a formulação de políticas e oportunidades de aprendizagem entre pares – para ajudar os países a construir instituições sustentáveis e resilientes.

Esses serviços representam uma contribuição importante para os progressos dos países rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O FMI conta com uma série de parceiros de desenvolvimento que apoiam mais da metade do trabalho de capacitação e que contribuíram para financiar a primeira fase da iniciativa de desenvolvimento das capacidades para enfrentar a crise da Covid-19 e construir um futuro melhor e mais verde, inteligente e justo.

O desenvolvimento das capacidades se concentra nas principais áreas de especialização do FMI, como finanças públicas, estabilidade do setor financeiro e estatísticas econômicas. O FMI também oferece capacitação em temas transversais, como desigualdade de renda, igualdade de gênero, corrupção e mudança climática, dentro de suas áreas



de especialização. O FMI encontra-se numa posição privilegiada para ajudar seus países membros, graças a seu alcance global, sua experiência institucional e competência técnica internacionalmente reconhecida. Todos os países se beneficiam do desenvolvimento das capacidades, mas a assistência é mais direcionada e personalizada no caso dos Estados frágeis.

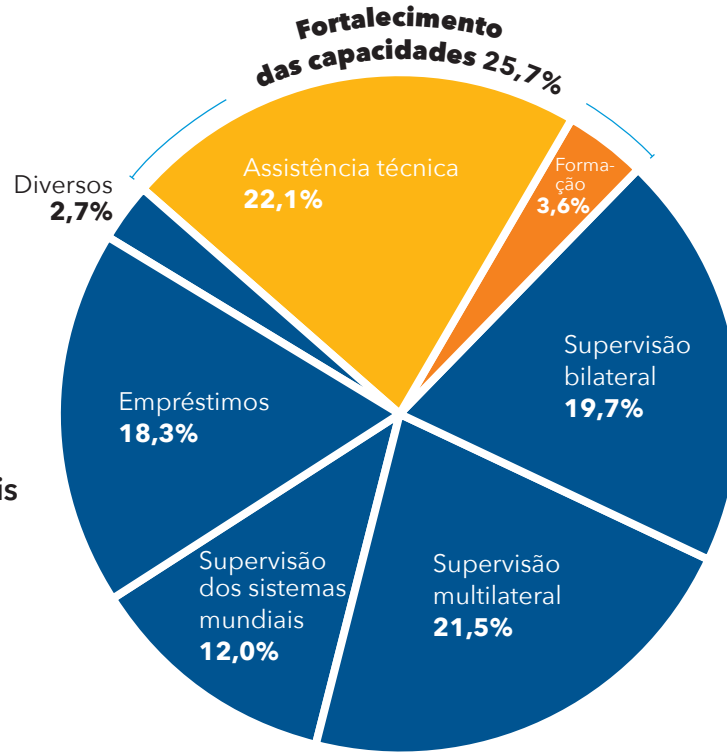
A pedido das autoridades nacionais, equipes do FMI e peritos técnicos formulam e executam um plano de trabalho integrado adaptado às necessidades específicas do país. O FMI articula seu trabalho com os países por meio de uma rede de 17 centros regionais; o mais novo deles é o Centro Regional de Capacitação do Cáucaso, Ásia Central e Mongólia (CCAMTAC), inaugurado de forma virtual em fevereiro de 2021. Em

resposta à pandemia de Covid-19, o FMI prestou assessoria em políticas e capacitação em tempo real a mais de 175 países.

Nas primeiras fases da pandemia, o FMI publicou mais de 80 notas técnicas sobre políticas públicas para lidar com a crise. Auxiliou também os países membros a reforçar a coleta e publicação de dados econômicos para otimizar as decisões e aumentar a

PARTE 2: O que fazemos

**Gráfico 2.1**  
**Gastos com capacitação como parcela das principais atividades do FMI**  
 Exercício 2021

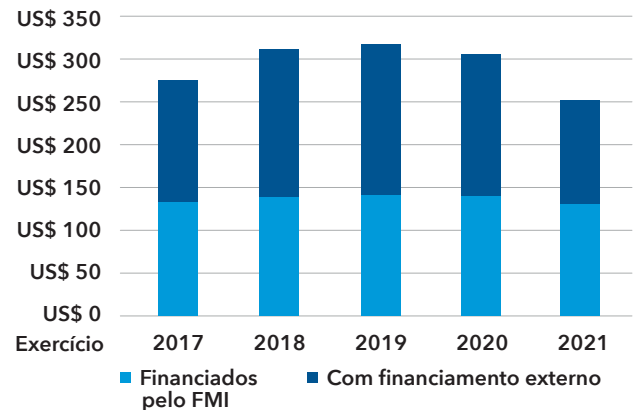


transparência. À medida que os países ampliavam os gastos emergenciais, o FMI ajudou-os a fortalecer seus quadros de governança para garantir que os recursos chegassem aos mais necessitados e que os governos prestassem contas sobre o uso do dinheiro.

O FMI adaptou rapidamente suas ferramentas de capacitação para o novo ambiente virtual imposto pela pandemia. Continuou a ajudar os países membros a encarar novos desafios, como a busca de soluções digitais para as transferências diretas de renda e para a cobrança de impostos e o cumprimento das obrigações tributárias, a preservar os gastos com a saúde e outros gastos sociais, e a se preparar para os desafios trazidos pelas mudanças climáticas. A participação nos cursos on-line gratuitos do FMI deu um salto.

**Gráfico 2.2**  
**Gastos com capacitação**  
 Exercícios 2017-21

(milhões de US\$)

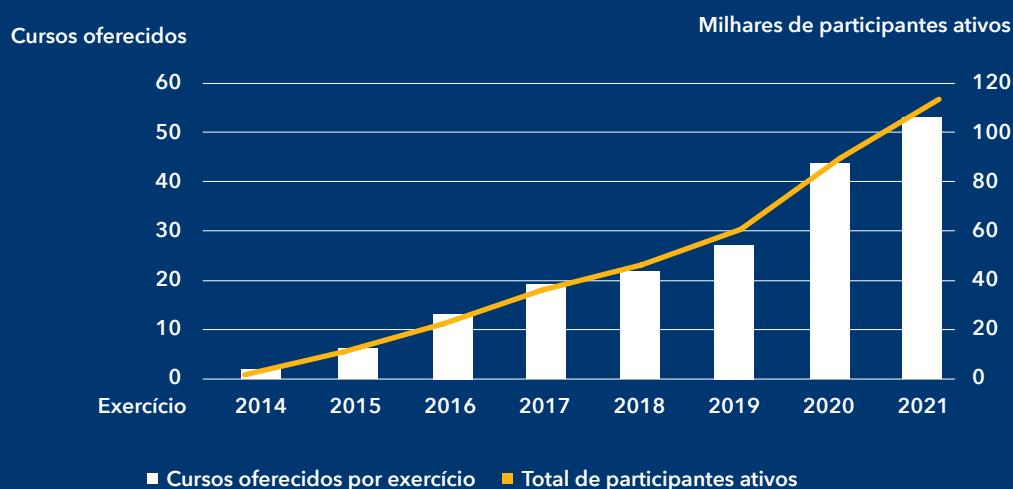




# O programa de aprendizagem on-line do FMI

## Um bem público global

### Participação nos cursos de aprendizagem on-line ao longo do tempo



O programa de aprendizagem on-line do FMI teve um papel importante no atendimento das necessidades dos países membros durante a crise da Covid-19.

A participação no programa aumentou muito ao longo do último ano, e mais de 7.000 servidores públicos concluíram cursos do FMI. Em abril de 2020, foi lançado o Canal de Aprendizagem do Instituto do FMI no YouTube, que oferece microvídeos didáticos em várias áreas de especialização do FMI. Essa modalidade nova e ágil de aprendizagem já atraiu mais de 4.400 assinantes e 233.000 acessos individuais desde o lançamento do canal.


O currículo on-line continua a ser enriquecido em áreas chaves de interesse mundial. Uma nova série de cinco cursos sobre análise, sustentabilidade e gestão da dívida pública foi lançada em 2020 e inclui um

curso sobre o quadro conjunto FMI-Banco Mundial de sustentabilidade da dívida dos países de baixa renda (LIC DSFx), desenvolvido com o Banco Mundial. Já estão disponíveis novos cursos sobre estatísticas macroeconômicas (GFSx, BOPx) e seis versões em outros idiomas de cursos on-line. Entre abril e junho de 2021, foram lançados cursos sobre crescimento inclusivo (IGx), previsão de receitas (RFax) e administração tributária (VITARA).


*Todos os cursos na plataforma edX - utilizada no programa de aprendizagem on-line do FMI - estão disponíveis gratuitamente e podem ser acessados a qualquer hora e em qualquer lugar, o que faz do programa um bem público global que promove a disseminação de conhecimentos e competências para uma economia mundial mais sustentável e inclusiva.*

# Desenvolvimento das capacidades

Ver na página 69 todas as fontes e notas.

 **US\$ 251<sub>M</sub>**  
para **assessoria técnica prática**,  
formação centrada nas políticas  
e aprendizagem entre pares

 **3.446**  
visitas de **assistência  
técnica** envolvendo  
1.275 peritos

 **4**  
**Estados frágeis**  
entre os 10 maiores  
beneficiários da  
assistência técnica

 **360**  
cursos ministrados

 **Em 8**  
idiomas


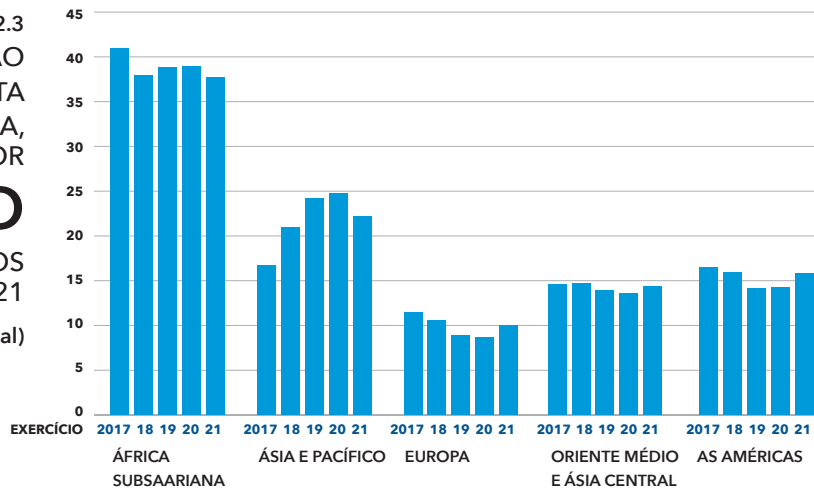
 **14.926**  
funcionários receberam  
formação

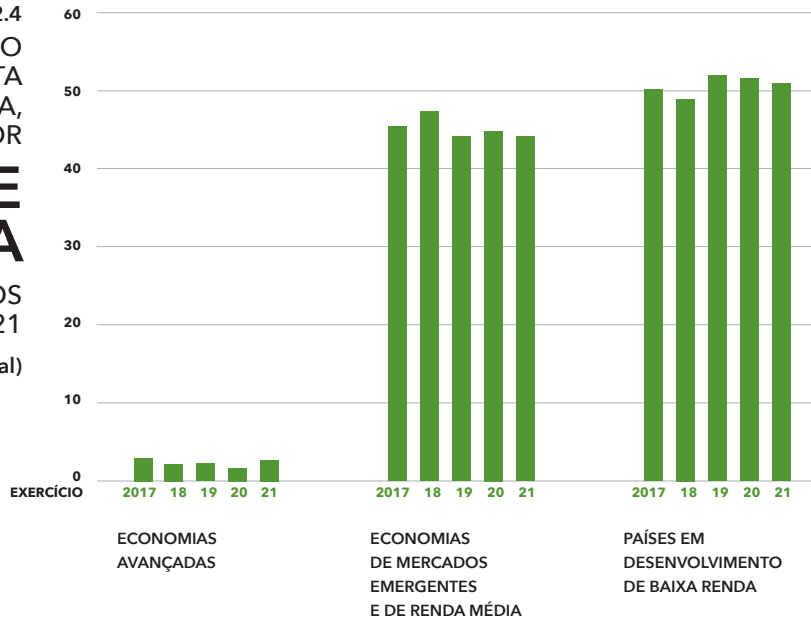
Gráfico 2.3  
CAPACITAÇÃO  
DIRETA  
FORNECIDA,  
POR  
**REGIÃO**  
EXERCÍCIOS  
2017-21  
(% do total)



**38%**  
para a África  
Subsaariana

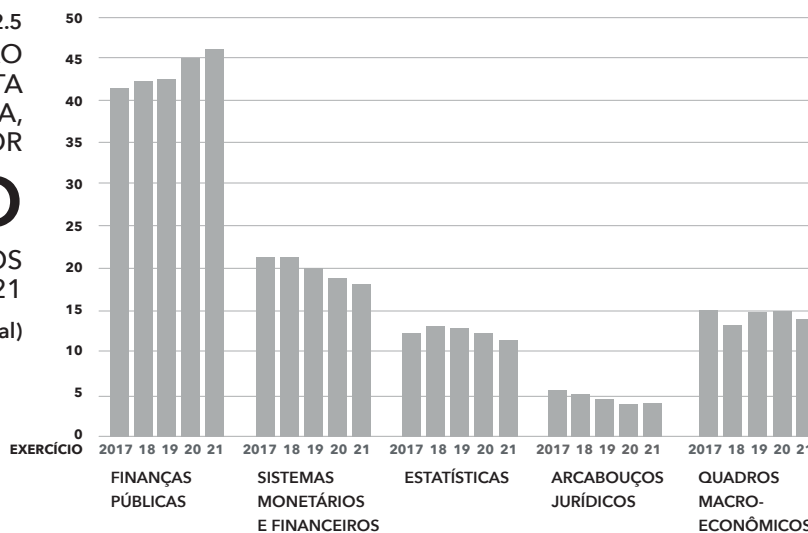
**22%**  
para a Ásia e Pacífico

Gráfico 2.4  
 CAPACITAÇÃO  
 DIRETA  
 FORNECIDA,  
 POR  
**GRUPO DE  
 RENDA**  
 EXERCÍCIOS  
 2017-21  
 (% do total)



**95%**  
 para países de baixa e média renda

Gráfico 2.5  
 CAPACITAÇÃO  
 DIRETA  
 FORNECIDA,  
 POR  
**TÓPICO**  
 EXERCÍCIOS  
 2017-21  
 (% do total)



**46%**  
 para apoiar a gestão eficaz das finanças públicas

**14%**  
 para melhorar as análises e previsões macroeconômicas

**18%**  
 para fortalecer os bancos centrais e os sistemas financeiros

# FORMAÇÃO EXERCÍCIOS 2017-21

Gráfico 2.6  
Participação por região de origem dos participantes

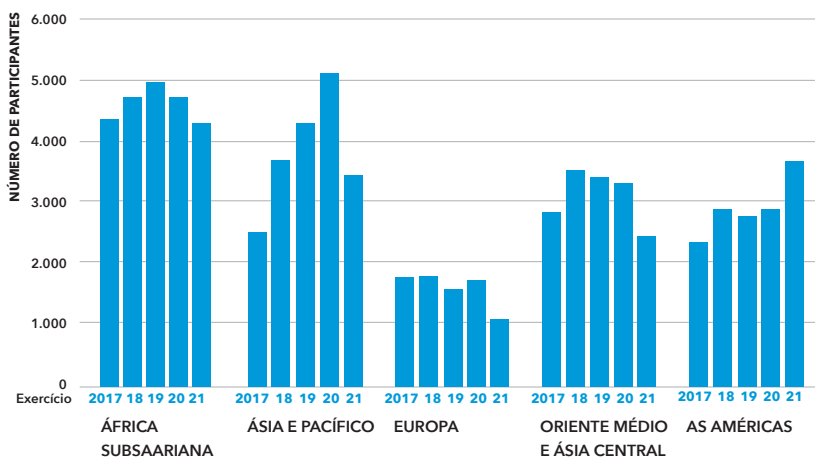
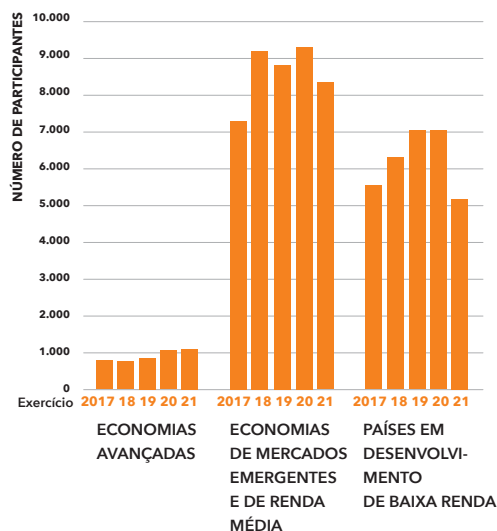


Gráfico 2.7  
Participação por grupo de renda



## Os 10 principais parceiros de capacitação do FMI

(média dos exercícios 2019-21, acordos firmados em US\$)

1. Japão
2. União Europeia
3. Alemanha
4. Reino Unido
5. Países Baixos
6. Suíça
7. Noruega
8. Coreia
9. Cazaquistão
10. Canadá

## Os 10 principais beneficiários da assistência técnica do FMI

(média dos exercícios 2017-21, gastos em US\$)

1. Myanmar
2. Ucrânia
3. Libéria
4. Moçambique
5. Mongólia
6. Serra Leoa
7. Sri Lanka
8. Uganda
9. Guiné
10. Camboja

## Os 10 principais beneficiários, segundo a participação em cursos

(média dos exercícios 2017-21, em semanas de participação)

1. Índia
2. China
3. Nigéria
4. Indonésia
5. Camboja
6. Uganda
7. Zimbábue
8. Egito
9. Filipinas
10. Gana

Tabela 2.4

## Fundos temáticos e fundos nacionais do FMI para o desenvolvimento das capacidades

Em 30 de abril de 2021

<b>NOME</b>	<b>PARCEIROS</b>
Dados para Decisões (D4D)	Alemanha, China, Coreia, Japão, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Suíça, União Europeia
Ferramenta Diagnóstica de Avaliação da Administração Tributária (TADAT)	Alemanha, França, Japão, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suíça
Fundo para a Estabilidade do Setor Financeiro (FSSF)	Alemanha, Arábia Saudita, China, Itália, Luxemburgo, Reino Unido, Suécia, Suíça, Banco Europeu de Investimento
Fundo para a Somália	Fase I: Canadá, Estados Unidos, Itália, Reino Unido, União Europeia, Fundo Árabe para o Desenvolvimento Econômico e Social; Fase II: Canadá, Itália, Reino Unido
Gestão da Riqueza dos Recursos Naturais (MNRW)	Austrália, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suíça, União Europeia
Iniciativa Covid-19	Alemanha, China, Coreia, Espanha, Japão, Suíça
Iniciativa de Reforma e Fortalecimento do Setor Financeiro (FIRST) (em conjunto com o Banco Mundial)	Alemanha, Suíça
Mecanismo de Gestão da Dívida III (DMF III) (em conjunto com o Banco Mundial)	Alemanha, Áustria, Estados Unidos, França, Japão, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suíça, União Europeia, Banco Africano de Desenvolvimento
Mobilização de Receitas (RMTF)	Alemanha, Austrália, Bélgica, Coreia, Dinamarca, França, Japão, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça, União Europeia
Prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo (AML/CFT III)	Alemanha, Arábia Saudita, Canadá, França, Japão, Países Baixos, Qatar, Suíça

## PARTE 2: O que fazemos

Tabela 2.5

**Centros Regionais de Capacitação do FMI**

Em 30 de abril de 2021

Nome	Parceiros	Países membros
<b>AFRITAC Central (AFC)</b>	Alemanha, China, França, Gabão (país-sede), Países Baixos, Suíça, União Europeia, Banco Europeu de Investimento	Burundi, Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe
<b>AFRITAC Ocidental (AFW)</b>	Alemanha, China, Côte d'Ivoire (país-sede), França, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Suíça, União Europeia, Banco Europeu de Investimento	Benin, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal, Togo
<b>AFRITAC Ocidental 2 (AFW2)</b>	Alemanha, China, Gana (país-sede), Reino Unido, Suíça, União Europeia, Banco Europeu de Investimento	Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Libéria, Nigéria, Serra Leoa
<b>AFRITAC Oriental (AFE)</b>	Fase IV: Alemanha, Países Baixos, Reino Unido, Suíça, Tanzânia (país-sede), União Europeia, Banco Europeu de Investimento; Fase V: China, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suíça, Tanzânia (país-sede)	Eritreia, Etiópia, Quênia, Maláui, Ruanda, Sudão do Sul (desde maio de 2020), Tanzânia, Uganda
<b>AFRITAC Sul (AFS)</b>	Alemanha, Austrália, China, Maurício (país-sede), Países Baixos, Reino Unido, Suíça, União Europeia, Banco Europeu de Investimento	África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Essuatíni, Lesoto, Madagáscar, Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Zâmbia, Zimbábue
<b>Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico (PFTAC)</b>	Austrália, Canadá, Coreia, Estados Unidos, Fiji (país-sede), Nova Zelândia, União Europeia, Banco Asiático de Desenvolvimento	Fiji, Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Kiribati, Micronésia, Nauru, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Timor-Leste, Tokelau, Tonga, Tuvalu, Vanuatu
<b>Centro de Capacitação China-FMI (CICDC)</b>	China (país-sede)	Formação oferecida à China e uma série de países
<b>Centro de Economia e Finanças do Oriente Médio (CEF)</b>	Kuwait (país-sede)	Formação oferecida aos países membros da Liga Árabe
<b>Centro Regional de Assistência Técnica do Caribe (CARTAC)</b>	Barbados (país-sede), Canadá, México, Países Baixos, Reino Unido, União Europeia, Banco Central do Caribe Oriental, Banco de Desenvolvimento do Caribe	Anguila, Antígua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermuda, Curaçau, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Sint Maarten, Suriname, Trinidad e Tobago, Turks e Caicos

<b>Nome</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Países membros</b>
<b>Centro Regional de Assistência Técnica do Oriente Médio (METAC)</b>	Alemanha, França, Líbano (país-sede), Países-Baixos, Suíça, União Europeia	Afganistão, Argélia, Cisjordânia e Faixa de Gaza, Djibouti, Egito, Iêmen, Iraque, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Síria, Sudão, Tunísia
<b>Centro Regional de Assistência Técnica para a América Central, Panamá e República Dominicana (CAPTAC-DR)</b>	Espanha, Guatemala (país-sede), Luxemburgo, México, Noruega, União Europeia, Banco Centro-Americano de Integração Econômica	Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana
<b>Centro Regional de Capacitação do Cáucaso, Ásia Central e Mongólia (CCAMTAC)</b>	Cazaquistão (país-sede), China, Coreia, Polônia, Suíça, Banco Asiático de Desenvolvimento	Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Geórgia, Mongólia, República Quirguiz, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão
<b>Centro Regional de Formação e Assistência Técnica do Sul da Ásia (SARTTAC)</b>	Austrália, Coreia, Índia (país-sede), Reino Unido, União Europeia	Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Sri Lanka
<b>Escritório de Capacitação do FMI na Tailândia (CDOT)</b>	Japão, Tailândia (país-sede)	Principais países beneficiários: Camboja, Laos R.P.D., Myanmar, Vietnã; certos projetos no CDOT também abrangem outros países na região do Sudeste Asiático e ilhas do Pacífico
<b>Instituto de Formação para África (ATI)</b>	Alemanha, China, Maurício (país-sede), Banco Europeu de Investimento	Formação oferecida a 45 países na África Subsaariana
<b>Instituto Multilateral de Viena (JVI)</b>	Áustria (membro primário e país-sede) e parceiros/doadores internacionais	Formação oferecida a 31 países na Europa Central, Oriental e do Sudeste, o Cáucaso, a Ásia Central e o Irã
<b>Instituto Regional de Formação FMI-Singapura (STI)</b>	Austrália, Japão, Singapura (país-sede)	Formação oferecida a 37 países na região da Ásia e Pacífico

Nota: O FMI também oferece cursos como parte dos programas regionais de formação.

# WELCOME

## PRINCIPALITY OF ANDORRA

### The IMF's 190th member!



## PARTE 3:

# Quem somos





# Organograma do FMI

Em 30 de abril de 2021



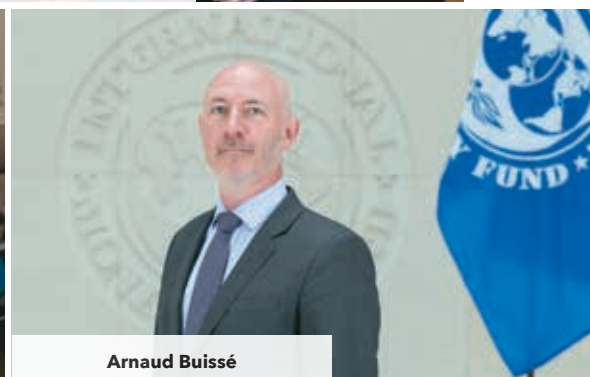
<sup>1</sup> O nome oficial é Comitê Ministerial Conjunto das Assembleias de Governadores do Banco e do Fundo para a Transferência de Recursos Reais aos Países em Desenvolvimento.

# Diretores Executivos

Em 30 de abril de 2021

**A Diretoria Executiva é responsável** pela condução das atividades diárias do FMI. É composta por 24 Diretores Executivos, que são eleitos pelos países membros ou por grupos de países, e pela Diretora-Geral, que a preside.

Todos os países membros do FMI são representados na Diretoria Executiva da instituição, que debate as consequências nacionais, regionais e mundiais das políticas econômicas de cada país membro, aprova os empréstimos do FMI para ajudar os países membros a resolver problemas temporários do balanço de pagamentos e supervisiona as iniciativas de capacitação.





**Sergio Chodos**



**Domenico Fanizza**



**Paul Hilbers**



**Hossein Hosseini**



**Chang Huh**



**Zhongxia Jin**



**Louise Levonian**



**Alisara Mahasandana**

# Diretores Executivos, cont.

Em 30 de abril de 2021





**Mika Pösö**



**Shona Riach**



**Elizabeth Shortino**



**Takuji Tanaka**



**Piotr Trabinski**



**Rüdiger von Kleist**

## PARTE 3: Quem somos

## Diretores Executivos e Suplentes

Em 30 de abril de 2021

<b>Aivo Andrianarivelo</b> Facinet Sylla Regis O. N'Sonde	Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Comores, Côte d'Ivoire, Djibouti, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Madagáscar, Mali, Maurício, Mauritânia, Níger, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo	<b>Alisara Mahasandana</b> Firman Mochtar	Brunei Darussalam, Camboja, Fiji, Filipinas, Indonésia, Laos R.P.D., Malásia, Myanmar, Nepal, Singapura, Tailândia, Tonga, Vietnã
<b>Afonso Bevilaqua</b> Bruno Saraiva Frank Fuentes	Brasil, Cabo Verde, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Suriname, Timor-Leste, Trinidad e Tobago	<b>Ita Mannathoko</b> Willie Nakunyada Osana Jackson Odonye	África do Sul, Angola, Botsuana, Burundi, Eritreia, Essuatíni, Etiópia, Gâmbia, Lesoto, Libéria, Maláui, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, Serra Leoa, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue
<b>Surjit Bhalla</b> Yuthika Indraratna	Bangladesh, Butão, Índia, Sri Lanka	<b>Mahmoud Mohieldin</b> Sami Geadah Ali Alhosani	Bahrain, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Maldivas, Omã, Qatar
<b>Arnaud Buissé</b> Pierre-Eliott Rozan	França	<b>Pablo Moreno</b> Alfonso Guerra José Andrés Romero	Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México
<b>Sergio Chodos</b> Luis Oscar Herrera	Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai	<b>Maher Mouminah</b> Bandr Alhomaly	Arábia Saudita
<b>Domenico Fanizza</b> Michael Massourakis	Albânia, Grécia, Itália, Malta, Portugal, San Marino	<b>Aleksei Mozhin</b> Lev Palei	Rússia, Síria
<b>Paul Hilbers</b> Anthony De Lannoy Vladyslav Rashkovan	Andorra, Armênia, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Chipre, Croácia, Geórgia, Israel, Luxemburgo, Macedônia do Norte, Moldova, Montenegro, Países Baixos, Romênia, Ucrânia	<b>Daniel Palotai</b> Christian Just Halil Ibrahim Azal	Áustria, Belarus, Eslovênia, Hungria, Kosovo, República Checa, República Eslovaca, Turquia
<b>Hossein Hosseini</b> Mohammed El Qorchi	Afeganistão, Argélia, Gana, Irã, Líbia, Marrocos, Paquistão, Tunísia	<b>Mika Pösö</b> Jon Sigurgeirsson	Dinamarca, Estônia, Finlândia, Islândia, Letônia, Lituânia, Noruega, Suécia
<b>Chang Huh</b> Chris White Angelia Grant	Austrália, Coreia, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Kiribati, Micronésia, Mongólia, Nauru, Nova Zelândia, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Seicheles, Tuvalu, Vanuatu	<b>Shona Riach</b> David Paul Ronicle	Reino Unido
<b>Zhongxia Jin</b> Zhengxin Zhang	China	<b>Elizabeth Shortino</b> Vago	Estados Unidos
<b>Louise Levonian</b> Feargal O'Brolchain	Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Canadá, Dominica, Granada, Irlanda, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas	<b>Takuji Tanaka</b> Ken Chikada	Japão
		<b>Piotr Trabinski</b> Marcel Peter	Azerbaijão, Cazaquistão, Polônia, República Quirguiz, Sérvia, Suíça, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão
		<b>Rüdiger von Kleist</b> Klaus Gebhard Merk	Alemanha

# Equipe da Direção-Geral

O FMI tem uma **Diretora-Geral**, que é chefe do pessoal e Presidente da Diretoria Executiva. A Diretora-Geral conta com a assistência de um Primeiro Subdiretor-Geral e três Subdiretores-Gerais.



Diretora-Geral **Kristalina Georgieva**



Primeiro Subdiretor-Geral **Geoffrey W. S. Okamoto**



Subdiretor-Geral **Mitsuhiro Furusawa**



Subdiretor-Geral **Tao Zhang**



Subdiretora-Geral **Antoinette Sayeh**

# Recursos

## Orçamento

A execução do orçamento do exercício 2021 foi afetada pela crise da Covid-19, que teve início quando o orçamento já havia sido formulado. As despesas administrativas líquidas totalizaram US\$ 1.126 milhões, ou 94,9% do orçamento estrutural aprovado de US\$ 1.186 milhões. A subexecução de gastos em relação ao orçamento estrutural reflete a suspensão das viagens, o impacto da baixa ocupação dos edifícios e um déficit nas atividades de TI. O grosso das verbas de viagens foi redirecionado ao aumento dos quadros para lidar com a crise, uma tendência que se mantém no exercício 2022. Em abril de 2021, a Diretoria Executiva aprovou um aumento temporário do limite geral de transporte para exercícios futuros, de 5% para 8%, o que liberou um total de US\$ 88,4 milhões em recursos temporários para suprir as necessidades ligadas à crise durante o período orçamentário de médio prazo.

Houve uma queda de US\$ 50 milhões nas atividades de capacitação com financiamento

externo em relação aos níveis do exercício 2020, com um total de US\$ 118 milhões face a um limite de US\$ 206 milhões. A subexecução de gastos reflete a suspensão das viagens e as restrições de capacidade nos países beneficiários.



## Modelo de receitas, comissões, remuneração, repartição da carga e resultado global

### Modelo de receitas

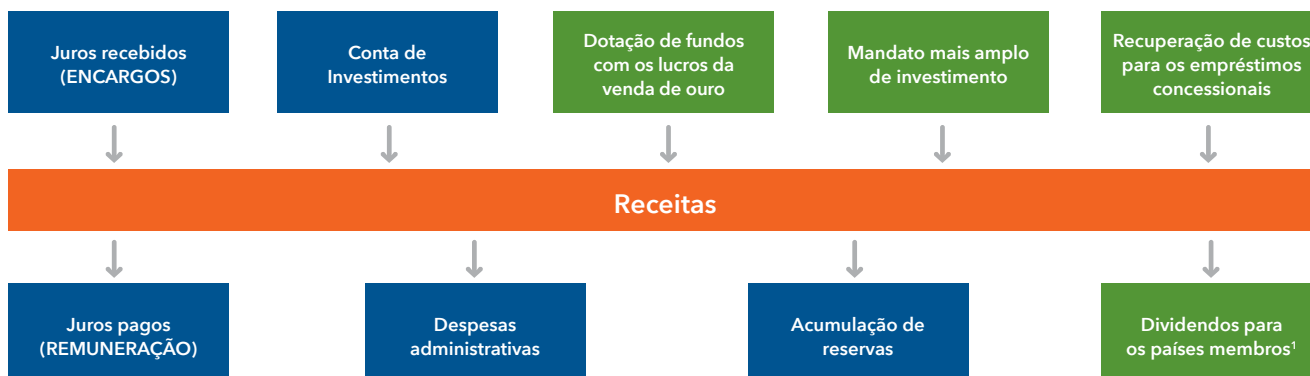
O FMI gera receitas principalmente por meio de suas atividades de empréstimos

e de investimentos (Gráfico 3.1). A receita dos empréstimos provém das comissões sobre o uso de crédito da Conta de Recursos Gerais (GRA), taxas de serviço e comissões de compromissos. Além disso, em determinadas circunstâncias, o uso do crédito do FMI está sujeito a sobretaxas. O modelo de receitas do FMI depende também da renda de investimento de ativos



Gráfico 3.1

## Modelo de receitas do FMI



Fonte: FMI, Departamento Financeiro.

Nota: As caixas verdes representam elementos que foram incorporados ao modelo de receitas em 2008.

<sup>1</sup> Em 30 de abril de 2021, os países membros não haviam adotado a política de dividendos.

nas subcontas de Renda Fixa e de Dotação de Fundos da Conta de Investimentos do FMI. Devido à natureza pública dos recursos, a política de investimentos do FMI inclui, entre outras coisas, uma avaliação minuciosa dos níveis aceitáveis de risco, bem como salvaguardas para minimizar os conflitos de interesses reais ou aparentes.

### Comissões

Dado o nível elevado de atividades creditícias, a principal fonte de receitas do FMI ainda são as comissões que incidem sobre o saldo de créditos em aberto. A taxa básica de comissão (a taxa de juros) sobre o financiamento do FMI inclui a taxa de juros dos direitos especiais de saque (DES) mais uma margem fixa expressa em pontos-base, como discutido na Parte 2. Em abril de 2020, a Diretoria Executiva fixou em 100 pontos-base a margem da taxa de comissão para o período que se estende até abril de 2022.

O FM também aplica sobretaxas a grandes volumes de crédito. As sobretaxas incidem sobre o crédito em aberto acima de um limiar definido em relação à cota do país membro (sobretaxa baseada no nível de

crédito) e são maiores quando o limiar for ultrapassado por um determinado período (sobretaxas baseadas no tempo decorrido) (Tabela 2.2).

Além das comissões e sobretaxas, o FMI cobra taxas de serviço, comissões de compromisso e comissões especiais. Cada saque da GRA está sujeito a uma taxa de serviço de 0,5%. Uma comissão de compromisso reembolsável é cobrada no início de cada período de 12 meses sobre os montantes disponíveis para saque no âmbito de acordos da GRA durante aquele período. O FMI cobra também comissões especiais sobre encargos vencidos, nos primeiros seis meses em que um país membro está em mora.

### Remuneração e juros sobre empréstimos

Do lado da despesa, o FMI paga juros (remuneração) aos países membros por suas posições credoras na GRA (o que se denomina posição remunerada na parcela de reserva). A taxa básica de remuneração é igual à taxa de juros do DES. O FMI também paga juros, à taxa de juros do DES, sobre os empréstimos em aberto no âmbito dos Novos Acordos de Empréstimo (NAB; ver “Financiamento do FMI”).

## PARTE 3: Quem somos

**Repartição da carga**

As taxas de comissão e remuneração são ajustadas por meio de um mecanismo de repartição da carga que distribui o custo das obrigações financeiras vencidas de forma equitativa entre países membros devedores e credores.

**Resultado global**

O resultado global do FMI no exercício 2021 foi de DES 4,8 bilhões (US\$ 6,9 bilhões) e reflete, sobretudo, a receita dos níveis elevados de atividade creditícia, a receita das dotações de fundos e ganhos derivados da nova medição de ativos e passivos do plano de benefícios aos empregados, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira (Norma Internacional de Contabilidade 19, Benefícios aos empregados).

**Pagamentos em atraso com o FMI**

As obrigações financeiras vencidas com o FMI totalizavam DES 964,3 milhões no fim de abril de 2021 (Tabela 3.1). Naquele momento, o Sudão\* ainda

estava em situação de mora prolongada (superior a seis meses) com o FMI, desde 1984.

No âmbito da estratégia de cooperação reforçada do FMI em relação aos pagamentos em atraso, foram tomadas medidas corretivas para sanar a situação de mora prolongada. Até o fim do exercício, o Sudão ainda estava inabilitado a utilizar os recursos do FMI.

**Financiamento do FMI**

O FMI proporciona financiamento aos países membros por meio de três canais, os quais cumprem o propósito comum de transferir moedas de reserva aos países membros: empréstimos normais (não concessionais) com recursos da GRA, empréstimos concessionais com recursos do PRGT e o Departamento de DES. A característica mais marcante da estrutura financeira do FMI é sua constante evolução. O FMI introduziu e aperfeiçoou

Tabela 3.1

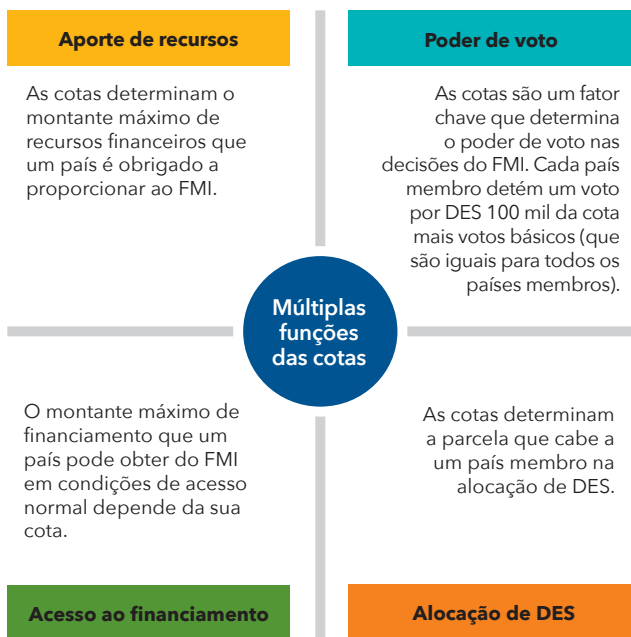
**Obrigações em atraso com o FMI de países em mora há seis meses ou mais, por tipo, em 30 de abril de 2021**

(milhões de DES)

	Total	Por tipo	
		Departamento Geral (incl. o Programa de Financiamento para Ajustamento Estrutural)	Fundo Fiduciário
Sudão	964,3	880,4	83,9
<b>TOTAL</b>	<b>964,3</b>	<b>880,4</b>	<b>83,9</b>

\* O Sudão regularizou os pagamentos em atraso com o FMI em 29 de junho de 2021 (após a finalização deste relatório). Para saber mais, visite [www.imf.org/sudan](http://www.imf.org/sudan).

uma variedade de instrumentos e políticas de crédito ao longo dos anos para acompanhar as mudanças na conjuntura econômica mundial ou as necessidades e circunstâncias específicas dos países membros.



### Cotas: A fonte de recursos do FMI

Os 190 países membros do FMI proporcionam os recursos utilizados na concessão de empréstimos principalmente por meio do pagamento de suas cotas, que também determinam o número de votos. Os empréstimos multilaterais e bilaterais servem como segunda e terceira linhas de defesa em tempos de crise. Graças a esses recursos, o FMI tem acesso a cerca de um trilhão de dólares para apoiar os países membros por meio de empréstimos não concessionais. Os empréstimos concessionais e o alívio da dívida para países de baixa renda são



financiados por fundos fiduciários distintos com base em contribuições.

A cada país membro é atribuída uma cota em função de sua posição relativa na economia mundial. As cotas do FMI totalizam DES 477 bilhões (cerca de US\$ 685 bilhões). O valor do DES, a unidade de conta do FMI, é calculado com base numa cesta de moedas (ver “Direito Especial de Saque”).

As cotas do FMI também são revistas a intervalos regulares. A XVI Revisão Geral das Cotas, que está em curso, é uma oportunidade para avaliar o nível geral das cotas e sua distribuição entre os países membros do FMI. Ela dá continuidade às reformas de governança previstas na revisão de 2010, que inclui medidas para proteger as cotas e o poder de voto dos países mais pobres. A atual fórmula de cálculo das cotas, que foi acordada em 2008 e tem sido usada como guia, também está a ser revista.

### Pagamentos das cotas

As condições para a implementação do aumento das cotas acordado no âmbito da XIV Revisão Geral foram cumpridas em 26 de janeiro de 2016. Como resultado, os recursos provenientes das cotas dobraram, de cerca de DES 238,5 bilhões (cerca de US\$ 342,5 bilhões) para DES 477 bilhões (cerca de US\$ 685 bilhões). Em 30 de abril de 2021, 185 dos 190 países membros haviam efetuado os pagamentos das cotas, o que representa mais de 99% do total do aumento das cotas; o total de cotas era de DES 476 bilhões (cerca de US\$ 683 bilhões).

## PARTE 3: Quem somos

**Andorra é o 190º país membro do FMI**

O Principado de Andorra tornou-se membro do FMI em 16 de outubro de 2020, numa cerimônia celebrada em Washington, DC.

## Empréstimos do FMI

**Empréstimos por meio da GRA**

Como já foi dito, o FMI é uma instituição baseada em cotas. Contudo, os recursos obtidos em empréstimos

ainda são fundamentais para complementar os recursos derivados das cotas, por meio dos NAB e dos acordos bilaterais de empréstimos (BBA), que constituem uma segunda e terceira linhas de defesa após as cotas.

Os NAB são um conjunto de acordos de crédito com 38 participantes e mais dois em perspectiva. O volume de recursos do NAB dobrou para cerca de DES 361 bilhões em 1º de janeiro de 2021, e um novo ciclo desses acordos foi fixado até o fim de 2025. Os recursos dos NAB podem ser ativados quando é preciso complementar os recursos do FMI para prevenir ou fazer frente a disfunções



no sistema monetário internacional. A ativação exige o consentimento de participantes que representem 85% do total de acordos de crédito de participantes habilitados para votar e a aprovação da Diretoria Executiva. Os NAB foram ativados 10 vezes entre abril de 2011 e fevereiro de 2016, data da última ativação.

Os BBA servem como uma terceira linha de defesa, após as cotas e os NAB. A atual (2020) rodada desses acordos começou em 1º de janeiro de 2021, com um prazo inicial até 31 de dezembro de 2023 que pode ser estendido por mais um ano. Em 30 de abril de 2021, 40 credores bilaterais tinham se comprometido a fornecer ao FMI um total equivalente a cerca de DES 135 bilhões em créditos, no contexto de seus BBA de 2020. Os recursos provenientes dos BBA só podem ser ativados se o montante de outros recursos do FMI disponíveis para financiamento cair para menos de DES 100 bilhões e se os NAB tiverem sido ativados ou se não houver recursos não comprometidos disponíveis no âmbito dos NAB. A ativação dos BBA exige a aprovação de credores bilaterais que representem 85% do total de crédito comprometido.



complementar as reservas oficiais dos países membros. Os países membros do FMI que são participantes do Departamento de DES (atualmente todos os membros) podem trocar DES por moedas livremente utilizáveis. O DES serve como unidade de conta do FMI e de alguns outros organismos internacionais; não é uma moeda nem um crédito sobre o FMI - é antes, um crédito potencial sobre as moedas livremente utilizáveis dos países

membros do FMI, e pode ser trocado por essas moedas.

O valor do DES é baseado numa cesta de cinco moedas: o dólar norte-americano, o euro, o renminbi chinês, o iene japonês e a libra esterlina. O valor das moedas incluídas na cesta do DES é revisto periodicamente; a próxima revisão está prevista para o fim de julho de 2022.

Em 30 de abril de 2021, um total de DES 204,2 bilhões (equivalente a cerca de US\$ 293,2 bilhões) tinha sido alocado aos países membros, o que inclui DES 182,6 bilhões alocados em 2009 após a crise financeira mundial. Numa reunião informal de março de 2021, os Diretores Executivos relataram existir amplo apoio entre os países membros a uma proposta da Diretora-Geral para uma nova alocação de DES. Uma vez endossada pela Diretoria Executiva, a proposta da Diretora-Geral será apresentada à Assembleia de Governadores do FMI, cuja decisão para apoiar uma alocação de DES exigirá o apoio de países membros que representem uma maioria de 85% do total de votos.

## Direito Especial de Saque

O direito especial de saque é um ativo de reserva internacional criado pelo FMI em 1969 para

# Prestação de contas

O FMI, uma organização internacional integrada e regida pelos seus 190 países membros, possui um sistema de freios e contrapesos para garantir a prestação de contas - desde auditorias internas e externas até a gestão de riscos e a avaliação de suas políticas e operações. Da mesma forma, espera-se que o corpo técnico do FMI observe os mais elevados padrões éticos e de conduta no trabalho.





### **Freios e contrapesos**

O FMI realiza auditorias de todas as suas operações. Foram instituídos mecanismos de auditoria para melhorar a governança, transparência e prestação de contas, que abrangem uma firma de auditoria externa, um Comitê de Auditoria Externa independente e o Gabinete de Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria Externa é independente da administração do FMI e supervisiona a auditoria anual. O Gabinete de Auditoria Interna desempenha uma função independente de consultoria e garantia cujo objetivo é proteger e fortalecer o FMI. Seu mandato é duplo: avaliar e aumentar a eficácia da governança, gestão de riscos e controles internos do FMI e catalisar melhorias nos processos empresariais do FMI por meio de recomendações sobre as melhores práticas e soluções de controle eficazes em termos de custos.



### **Gestão do risco institucional**

O Gabinete de Gestão de Riscos do FMI, criado em 2014, é a unidade interna responsável por desenvolver e facilitar um processo integrado de gestão de riscos institucionais – que abrangem os riscos das atividades primárias e riscos estratégicos, financeiros, operacionais e reputacionais – e, ao mesmo tempo, proporcionar recursos de inteligência de riscos para que o FMI cumpra seu mandato.



## PARTE 3: Quem somos



### Aprender com a experiência

O Gabinete de Avaliação Independente (IEO) foi criado em 2001 para conduzir avaliações independentes e objetivas das políticas e atividades do FMI. O IEO é inteiramente independente da Direção-Geral e do corpo técnico do FMI e, na sua atuação, guarda a devida distância da Diretoria Executiva. A missão do IEO é promover a aprendizagem no FMI, fortalecer a credibilidade externa da instituição e dar respaldo à governança e supervisão institucionais. As avaliações mais recentes do IEO analisaram o trabalho do FMI com seus parceiros, a assessoria em matéria de fluxos de capitais, as políticas monetárias não convencionais e a supervisão financeira. Mais informações sobre o IEO, seus termos de referência e relatórios de avaliação estão disponíveis em <https://ieo.imf.org>.



### Ética e conduta dos funcionários

Para garantir a boa governança institucional, o FMI adotou medidas de integridade, entre elas um código de conduta para os funcionários que abrange requisitos de informação e certificação financeira e sanções. Um código de conduta similar se aplica aos membros da Diretoria Executiva. Uma linha direta sobre integridade oferece proteção aos denunciantes.

O Gabinete de Ética do FMI presta assessoria à instituição e a seus funcionários sobre comportamento ético, investiga casos de suposta violação de normas e regulamentos e supervisiona o programa de formação dos funcionários sobre ética e integridade. Um ombudsman oferece assistência independente para a solução de problemas relacionados ao emprego.



### Interações com o público

O FMI se reúne regularmente com líderes políticos e autoridades nacionais e interage de forma rotineira com uma ampla gama de representantes do setor privado, da mídia e de grupos de interesse não governamentais, como a comunidade acadêmica, organizações da sociedade civil, parlamentares, sindicatos e jovens líderes. Esse diálogo recíproco permite ao FMI explicar suas abordagens e assimilar conhecimentos para melhorar sua assessoria em política econômica.



# Avaliações das salvaguardas

Quando o FMI disponibiliza financiamento a um país membro, é conduzida uma Avaliação de Salvaguardas para oferecer uma garantia razoável de que o banco central do país é capaz de gerir os recursos que recebe do FMI e apresentar dados monetários confiáveis sobre o programa apoiado pela instituição.

Até o fim de abril de 2021, foram conduzidas

**346** avaliações

envolvendo

**99** bancos centrais

**24** avaliações no exercício 2021



**RELATÓRIO ANUAL DO FMI 2021**  
**MAIS INFORMAÇÕES**  
**ON-LINE**  
[WWW.IMF.ORG/AR2021](http://WWW.IMF.ORG/AR2021)

AS AVALIAÇÕES EXAMINAM AS OPERAÇÕES DOS BANCOS CENTRAIS EM CINCO ÁREAS:



As avaliações examinam as operações dos bancos centrais em cinco áreas: 1) o mecanismo de auditoria externa, 2) a estrutura e autonomia jurídicas, 3) o quadro de apresentação de informações financeiras, 4) o mecanismo de auditoria interna e 5) o sistema de controles internos. Até o fim de abril de 2021, foram conduzidas 346 avaliações envolvendo 99 bancos centrais; 24 dessas avaliações foram concluídas no exercício 2021.

O FMI monitora os progressos na aplicação das suas recomendações e na melhoria dos quadros de salvaguardas dos bancos centrais. Esse monitoramento continua até que o crédito do FMI

seja reembolsado. Cerca de 85 bancos centrais estão atualmente sujeitos a esse processo, com um aumento de 22 bancos centrais no exercício 2021; a intensificação das atividades se deve ao financiamento concedido aos países membros para enfrentar o impacto da pandemia de Covid-19.

São também conduzidos exames das salvaguardas fiscais dos tesouros nacionais quando um país membro solicita acesso excepcional aos recursos do FMI e uma parcela substancial desses fundos – pelo menos 25% – é destinada ao financiamento do orçamento do Estado. No exercício 2021 foram realizadas duas avaliações das salvaguardas fiscais.





# RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A sustentabilidade ambiental e as iniciativas filantrópicas são o baluarte do programa de responsabilidade social corporativa do FMI.

# Sustentabilidade ambiental

Em 2020, o foco primário do FMI foi ajudar os países membros a lidar com os desafios gerados pela pandemia, mas a instituição continuou a incorporar elementos de sustentabilidade ambiental às suas operações. O total de emissões de gases de efeito estufa caiu cerca de 70% face a 2019,\* em grande parte devido à forte queda das viagens de trabalho por causa da pandemia. As emissões pelo consumo de energia elétrica caíram 35%, sobretudo como consequência da menor ocupação dos edifícios. Além disso, a transição em curso para a computação em nuvem permitirá ao FMI reduzir de forma permanente o consumo de energia e as atividades de informática na sua sede. O FMI continuará a aumentar a eficiência ecológica de suas operações e, ao fazê-lo, perpetuará alguns dos avanços feitos durante a pandemia.

\*Os dados de 2020 se referem ao ano civil.

↓ **70%**



O total de emissões anuais de gases de efeito estufa caiu em relação a 2019

↓ **35%**



As emissões por consumo de energia elétrica diminuíram devido à baixa ocupação dos edifícios

↑ **OS SERVIÇOS DE TI em nuvem**



resultaram numa redução permanente do consumo de energia e serviços de computação na sede

# Giving Together

*Giving Together* é o programa filantrópico do FMI, sustentado por doações dos funcionários na ativa e aposentados e iniciativas de arrecadação de fundos promovidas pelo FMI.

A crise da Covid-19 alterou fundamentalmente o programa, transformando as interações presenciais em virtuais e pondo em relevo as necessidades imensas nas comunidades locais e em todo o mundo. Os funcionários na ativa e aposentados responderam com um apoio sem precedentes. Entre as doações de funcionários e aposentados, doações

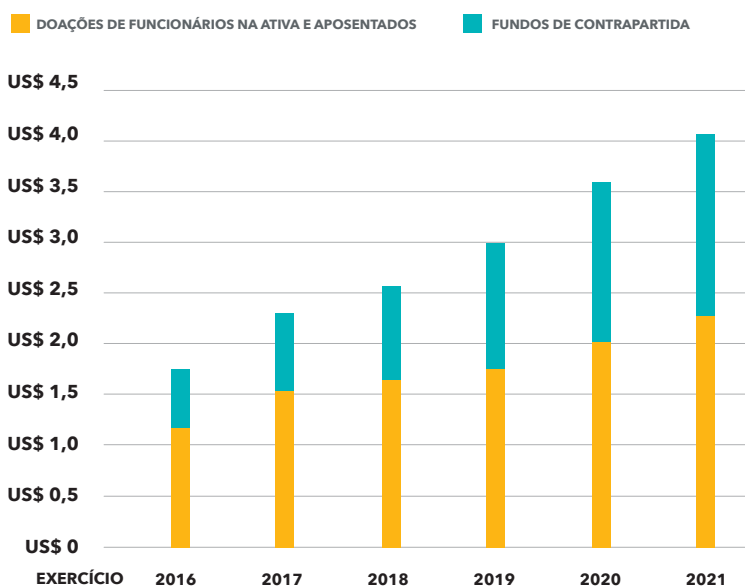
diretas do *Giving Together*, doações e fundos de contrapartida do FMI, o programa arrecadou mais de US\$ 4,6 milhões para causas filantrópicas no exercício 2021, um recorde histórico.

## Ação solidária

A campanha deste ano arrecadou um total de US\$ 2,8 milhões para apoiar organizações na área metropolitana de Washington e em todo o mundo, o que representa um aumento de 21% em relação ao ano anterior e supera todas as marcas anteriores tanto em termos de valor arrecadado como de participação do pessoal. Além disso, o programa *Giving Together* organizou campanhas de ajuda humanitária após catástrofes naturais em Camboja, El Salvador, Filipinas, Guatemala, Honduras, Índia, Líbano,

**Gráfico 3.2**  
**Total arrecadado em doações e fundos de contrapartida**

(milhões de US\$)



ALGUNS DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA GIVING TOGETHER NO EXERCÍCIO 2021

**US\$ 380 mil**  
arrecadados em apoio a programas críticos de alívio no local

**US\$ 535 mil**  
em fundos para entidades filantrópicas em todo o mundo, doados a

**28**  
organizações em

**4**  
continentes

PARTE 3: Quem somos

Nicarágua, São Vicente e Granadinas, Tailândia e Vietnã, angariando mais de US\$ 380 mil em apoio a programas críticos de alívio às comunidades locais.

Entre contribuições de funcionários e aposentados e fundos de contrapartida do FMI, foram arrecadados US\$ 4,1 milhões em apoio a causas filantrópicas e ajuda humanitária no exercício 2021, superando os US\$ 3,6 milhões arrecadados no exercício anterior.

**Doações diretas**

O FMI doou também US\$ 535 mil a entidades filantrópicas em todo o mundo no exercício 2021. Dado o impacto da Covid-19 nas organizações sem fins lucrativos e comunidades por elas servidas, muitas das doações diretas este ano foram dirigidas a programas e serviços com requisitos específicos de apoio operacional devido à crise da Covid-19 ou a grupos de apoio afetados de forma desproporcional por esta crise. Foram feitas doações em caráter excepcional a organizações sem fins lucrativos que promovem causas de justiça social e racial nos Estados Unidos e complementação de doações para iniciativas lideradas pela Associação do Pessoal do FMI para a OMC e para os trabalhadores da área de serviços de alimentação impactados pela crise. No

total, foram feitas doações diretas a 28 organizações em quatro continentes.

**Voluntariado**

Em apoio às comunidades locais, inclusive - e especialmente - no contexto da Covid-19, os funcionários do FMI encontraram novas formas criativas de gerar impacto por meio do voluntariado. O programa *Giving Together* lançou um concurso fotográfico junto com a campanha de arrecadação deste ano, e os funcionários compartilharam registros de suas atividades: preparação de refeições saudáveis para famílias carentes, atividades voluntárias nas bibliotecas locais, apoio a vizinhos idosos necessitados e desafios de condicionamento físico com distanciamento social para promover uma série de causas.

Além disso, em comemoração ao Dia de Martin Luther King Jr., os funcionários participaram de um evento de voluntariado virtual em parceria com Free Minds Book Club & Writing Workshop, uma organização local sem fins lucrativos que ajuda a população carcerária jovem por meio de ações de preparação para o mercado de trabalho, prevenção de violência e promoção das artes literárias.

**O programa *Giving Together* lançou um concurso fotográfico juntamente com a campanha de arrecadação deste ano.**

Em sentido horário, a partir do canto superior esquerdo:  
 Kateryna Botsu, Departamento de Mercados Monetários e de Capitais  
 Jehann Jack, Departamento da África  
 Elizabeth Nicoletti, Departamento de Comunicação  
 Rafi Alao-Ducharme, Departamento de Tecnologia da Informação



# Fontes e notas

## Gráfico 2.1:

### **Gastos com capacitação como parcela das principais atividades do FMI**

Fontes: Sistema de estimação e cálculo de custos do Gabinete de Orçamento e Planejamento do FMI; Gabinete de Orçamento e Planejamento do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

## Gráfico 2.2:

### **Gastos com capacitação, exercícios 2017-21**

Fontes: Sistema de estimação e cálculo de custos do Gabinete de Orçamento e Planejamento do FMI; Gabinete de Orçamento e Planejamento do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

## Gráfico 2.3:

### **Capacitação direta fornecida, por região, exercícios 2017-21**

Fontes: Sistema de estimação e cálculo de custos do Gabinete de Orçamento e Planejamento do FMI; Gabinete de Orçamento e Planejamento do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

## Gráfico 2.4:

### **Capacitação direta fornecida, por grupo de renda, exercícios 2017-21**

Fontes: Sistema de estimação e cálculo de custos do Gabinete de Orçamento e Planejamento do FMI; Gabinete de Orçamento e Planejamento do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: As economias avançadas são classificadas conforme explicado na edição de abril de 2021 do *World Economic Outlook*. Os países em desenvolvimento de baixa renda são definidos segundo os critérios do FMI. As economias de mercados emergentes e de renda média abrangem aquelas não classificadas como economias avançadas ou países em desenvolvimento de baixa renda.

## Gráfico 2.5:

### **Capacitação direta fornecida, por tópico, exercícios 2017-21**

Fontes: Sistema de estimação e cálculo de custos do Gabinete de Orçamento e Planejamento do FMI; Gabinete de Orçamento e Planejamento do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

## Gráfico 2.6:

### **Participação por região de origem dos participantes, exercícios 2017-21**

Fontes: Sistema PATS do FMI de informação sobre candidatos e participantes nos cursos; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: A maior parte da formação oferecida pelo FMI está centralizada no Programa de Formação do Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD), que inclui cursos coordenados pelo ICD e ministrados pelo próprio ICD, por outros departamentos da sede do FMI e pelos diversos Centros Regionais de Formação do FMI, além de programas dirigidos a servidores públicos nacionais. A formação inclui também os cursos on-line do FMI concluídos satisfatoriamente pelos servidores nacionais, bem como iniciativas dos departamentos funcionais fora do Programa de Formação do ICD.

## Gráfico 2.7:

### **Participação por grupo de renda, exercícios 2017-21**

Fontes: Sistema PATS do FMI de informação sobre candidatos e participantes nos cursos; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: A maior parte da formação oferecida pelo FMI está centralizada no Programa de Formação do Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD), que inclui cursos coordenados pelo ICD e ministrados pelo próprio ICD, por outros departamentos da sede do FMI e pelos diversos Centros Regionais de Formação do FMI, além de programas dirigidos a servidores públicos nacionais. A formação inclui também os cursos on-line do FMI concluídos satisfatoriamente pelos servidores nacionais, bem como iniciativas dos departamentos funcionais fora do Programa de Formação do ICD.

### **Os 10 principais parceiros de capacitação do FMI; Os 10 principais beneficiários da assistência técnica do FMI; Os 10 principais beneficiários, segundo a participação em cursos**

Fontes: Sistema de estimação e cálculo de custos do Gabinete de Orçamento e Planejamento do FMI; Sistema PATS do FMI de informação sobre candidatos e participantes nos cursos; e cálculos do corpo técnico do FMI.

# Carta de Encaminhamento à Assembleia de Governadores

2 de agosto de 2021

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à Assembleia de Governadores o *Relatório Anual da Diretoria Executiva* para o exercício financeiro findo em 30 de abril de 2021, em conformidade com a Seção 7 a) do Artigo XII do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional e a Seção 10 dos Estatutos do FMI. Conforme o disposto na Seção 20 dos Estatutos, os orçamentos administrativo e de capital do FMI aprovados pela Diretoria Executiva para o exercício financeiro a findar em 30 de abril de 2022 são apresentados no website do *Relatório Anual*. As demonstrações financeiras auditadas do Departamento Geral, do Departamento de DES e das contas administradas pelo FMI para o exercício findo em 30 de abril de 2021, juntamente com os respectivos relatórios da firma de auditoria externa, são apresentados no Apêndice VI, assim como em [www.imf.org/AR2021](http://www.imf.org/AR2021). O processo de auditoria externa foi supervisionado pelo Comitê de Auditoria Externa formado por Judith Lopez (Presidente), Bassam Hage e Jacques Ethevenin, em conformidade com a Seção 20 c) dos Estatutos do FMI.

Atenciosamente,



Kristalina Georgieva

Diretora-Geral e Presidente da Diretoria Executiva





O *Relatório Anual 2021* e o Apêndice VI, contendo as demonstrações financeiras, podem ser acessados e baixados de duas formas: digitando a URL num browser ou escaneando o código QR nesta página. Aguardamos sua visita no website do *Relatório Anual* do FMI para explorar todos os recursos que ele contém.  
**[www.imf.org/AR2021](http://www.imf.org/AR2021)**

Este *Relatório Anual* foi preparado pela Divisão de Publicações do Departamento de Comunicação do FMI, em consulta com vários departamentos da instituição. Christoph Rosenberg e Linda Kean supervisionaram o trabalho da equipe do relatório, sob a direção do Comitê de Avaliação da Diretoria Executiva, presidido por Pablo Moreno. Analisa R. Bala chefou a equipe de redação e Wala'a El Barasse coordenou o projeto. Denise Bergeron coordenou a produção do relatório e Crystal Herrmann colaborou no design digital. A edição em português foi preparada pela Seção de Espanhol e Português da Divisão de Serviços Linguísticos do FMI, sob a coordenação de Virginia Masoller e Solange M. dos Santos.

© 2021 Fundo Monetário Internacional. Todos os direitos reservados.

**Design:** Feisty Brown [www.feistybrown.com](http://www.feistybrown.com)

**Web Design:** Cantilever <https://cantilever.co>

#### **Fotografia:**

Alamy Stock Photo/Elizabeth Foster/Stockimo: capa, no alto à esq.

IMF Photo/Lisa Marie David: capa, no alto à dir.

Shutterstock/Mário Rollon: capa, no meio à esq.

IMF Photo/Cory Hancock: capa, no meio à dir.

Getty Images/Sirisak Boakaew: capa, embaixo à esq.

Alamy Stock Photo/Andia: capa, embaixo à dir.

IMF Photo/Stephen Jaffe: capa interna, no alto à esq.

Getty Images/Yasser Chalid: capa interna, no alto à dir.

Getty Images/PeopleImages: capa interna, no meio à esq.

Getty Images/saravutvanset: capa interna, no meio, centro

Shutterstock/papai: capa interna, no meio à dir.

Getty Images/Thierry Dosogne: capa interna, embaixo à esq.

IMF Photo/Cyril Marcilhacy: capa interna, embaixo à dir.

IMF Photo/Kim Haughton: p. 3

IMF Photo/Raphael Alves: pp. 6-7

Getty Images/Patrick Meinhardt: p. 9

IMF Photo/Stephen Jaffe: pp. 10-11

IMF Photo/Ebun Akinbo: p. 12

IMF Photo/Joaquin Sarmiento: p. 13

IMF Photo/Raphael Alves: p. 15

IMF Photo/Kim Haughton: p. 16

IMF Photo/Lisa Marie David: pp. 18-19

Getty Images/Mlenny: pp. 20-21

Getty Images/Nikada: p. 22

IMF Photo/Stephen Jaffe: p. 24

IMF Photo/Stephen Jaffe: p. 25, esq.

IMF Photo/Melissa Alcena: p. 25, dir.

Getty Images/John Coletti: p. 26

IMF Photo/James Oatway: p. 27

IMF Photo/Joaquin Sarmiento: p. 28, esq.

IMF Photo/Jeff Moore: p. 28, dir.

IMF Photo/Joshua Roberts: p. 36

IMF Photo/Joshua Roberts: p. 37

IMF Photo/Cliff Owen: p. 46

IMF Photo/Kim Haughton e Cory Hancock: pp. 48-51

IMF Photo/Kim Haughton e Cory Hancock: p. 53

IMF Photo/Stephen Jaffe: p. 54

IMF Photo/Roger Anis: p. 57

IMF Photo/Stephen Jaffe: p. 58

IMF Photo/Stephen Jaffe: p. 59

IMF Photo/Cory Hancock: p. 60

IMF Photo/Cory Hancock: p. 61, esq. e dir.

Getty Images/Priscila Zambotto: p. 63

IMF Photo/Stephen Jaffe: pp. 64-65

IMF Photo/Alan Karchmer: p. 66

IMF Photo/Kateryna Botsu: p. 68, no alto à esq.

IMF Photo/Jehann Jack: p. 68, no alto à dir.

IMF Photo/Elizabeth Nicoletti: p. 68, embaixo à esq.

IMF Photo/Rafi Alao-Ducharme: p. 68, embaixo à dir.

**"AS AUTORIDADES PRECISAM TOMAR  
AS MEDIDAS CERTAS AGORA PARA  
DAR A TODOS UMA OPORTUNIDADE  
JUSTA - NÃO SÓ UMA VACINA NO  
BRAÇO, MAS TAMBÉM APOIO À VIDA  
DAS PESSOAS E ÀS ECONOMIAS  
VULNERÁVEIS."**

**KRISTALINA GEORGIEVA**  
DIRETORA-GERAL DO FMI

